



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 07 | Julho 2013



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Julho de 2013

Elaborado com informação disponível até ao dia 25 de julho.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072

(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)



Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	43

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de abril e maio de 2013, o crescimento da produção industrial mundial acelerou para 1,8% em termos homólogos (1,3% no 1.º trimestre) associado sobretudo à melhoria das economias avançadas, com destaque para o Japão e área do euro. Igualmente, no mesmo período, o comércio mundial reforçou o seu crescimento em resultado tanto da aceleração das importações como das exportações mundiais.
- * No início do 3.º trimestre de 2013, os índices bolsistas internacionais registaram um comportamento globalmente positivo associado, em parte, no caso da área do euro, às expectativas mais favoráveis desta economia, apesar da persistência de um fraco dinamismo. Paralelamente, assiste-se à perspetiva de um abrandamento progressivo do programa *quantitative easing* por parte da Reserva Federal dos EUA. Em julho de 2013 e, pelo 2.º mês consecutivo, a taxa de câmbio do euro apreciou-se face às principais divisas internacionais, tendo o euro face ao dólar situado no dia 22 de julho, em 1,32 (1,30 no final de maio).
- * No 2.º trimestre de 2013, a economia mundial deve ter continuado a crescer moderadamente, assente nos países emergentes e em desenvolvimento. Contudo, as mais recentes previsões intercalares do FMI, *World Economic Outlook*, divulgadas a 9 de Julho de 2013, indicam que esta região deverá crescer este ano abaixo do inicialmente previsto, refletindo uma desaceleração da procura externa, preços de matérias-primas mais baixos, receios quanto à estabilidade financeira e políticas económicas menos expansionistas. Com efeito, no 2.º trimestre de 2013, o crescimento do PIB da China desacelerou para 7,5% em termos homólogos reais (7,7% no 1.º trimestre).
- * No 2.º trimestre de 2013, a atividade económica dos EUA manteve uma expansão relativamente moderada, assente num forte crescimento da procura interna privada, apoiada pelo fortalecimento do mercado de habitação e por uma evolução favorável do mercado de trabalho. De facto, neste período, a produção industrial desacelerou; enquanto as vendas a retalho reforçaram o seu crescimento. A taxa de desemprego desceu para 7,6% e, a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,4% (1,7% no 1.º trimestre).
- * A atividade económica da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) manteve-se fraca durante o 2.º trimestre de 2013 devido sobretudo ao processo de reajustamento dos balanços das famílias e das empresas, à permanência de condições restritivas na concessão do crédito e à necessidade na adoção de políticas orçamentais mais restritivas. Assim, o indicador de sentimento económico diminuiu, embora muito ligeiramente, quer para a UE quer para a AE durante este período. No entanto, este indicador evoluiu favoravelmente em junho, causado pela melhoria da generalidade dos indicadores de confiança. No conjunto dos meses de abril e maio de 2013, os indicadores quantitativos para a área do euro (produção industrial e vendas a retalho) melhoraram; enquanto as exportações registaram um crescimento mais baixo. A taxa de desemprego subiu para 12,2% na AE em maio de 2013 (12,1% em abril); enquanto se manteve em 11% na UE e, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 1,6% em junho.
- * Em julho de 2013 e, até ao dia 22, o preço *spot* do petróleo *Brent* aumentou para se situar, em média, em 107 USD/bbl (82€/bbl), traduzindo as preocupações relacionadas com a instabilidade político-social do Egito.
- * As taxas de juro de curto prazo da área do euro apresentaram uma ligeira subida ao longo do mês de julho de 2013; enquanto diminuíram muito ligeiramente nos EUA. Assim, até ao dia 22, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,22% (0,21% em junho) e a dos EUA situou-se em 0,27%.

Conjuntura Nacional

- * No 2.º trimestre de 2013 o indicador de clima económico do INE melhorou significativamente face ao trimestre anterior (+0,9 p.p.).
- * Também, no mesmo período, houve uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança na generalidade dos setores face ao 1.º trimestre.
- * No mesmo sentido, quer o indicador coincidente do consumo privado quer o da FBCF do INE, melhorou no 2.º trimestre face ao 1.º trimestre;
- * Segundo dados do IEFEP, estavam, no final de junho de 2013, registados 689,9 mil desempregados, o que representa uma descida face aos meses anteriores, ainda que se situe acima dos valores homólogos registados. As ofertas e colocações de emprego aumentaram no 2.º trimestre em 47 e 36,9% respetivamente.
- * A taxa de inflação do mês de junho foi, segundo o INE, de 1%. A média dos últimos 12 meses foi 1,4%. Em junho, a taxa de inflação em Portugal, medida pelo IHPC, continuou abaixo da verificada na área do euro.
- * Até junho, o défice global provisório das Administrações Públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 4057,6M€, aumentando 2550,9M€ face ao período homólogo. Para este comportamento contribuíram o agravamento do défice do Estado (em 1631,3M€) e da Administração Local (em 337,3M€), bem como uma redução do excedente dos Serviços e Fundos Autónomos (em 822,1M€). A Segurança Social e a Administração Regional, em sentido contrário, contribuíram no sentido da melhoria do saldo das AP, sendo que a Segurança Social aumenta o seu excedente em 144,3M€ e a Administração Regional melhorou o seu saldo em 95,4M€.
- * A execução financeira consolidada¹ provisória do SNS, para o primeiro semestre, indica um excedente de 74,8M€, que compara com 597,1M€ registado no período homólogo.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em maio de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 211,5 mil M€, mais 2578M€ que no final de abril.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 4,1% nos primeiros cinco meses de 2013. Neste mesmo período, as importações decresceram 3,2%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 32,2%, correspondendo a 1 548 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 85,9%, mais 6 p.p. que em igual período de 2012.
- * Nos primeiros cinco meses de 2013, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (1,6%). As importações decresceram a uma taxa inferior à registada pelas importações totais (-1,0%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 35,5%.
- * No último ano a terminar em maio de 2013, as exportações de mercadorias cresceram 3,9% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+1,6 p.p.), das “Máquinas” (+0,9 p.p.), dos “Químicos” e dos “Agroalimentares” (ambos com +0,8 p.p.). Nos primeiros cinco meses de 2013, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,7 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+0,9 p.p.) e dos “Químicos” (+0,6 p.p.).

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

²Resultados mensais preliminares de janeiro a maio de 2013.

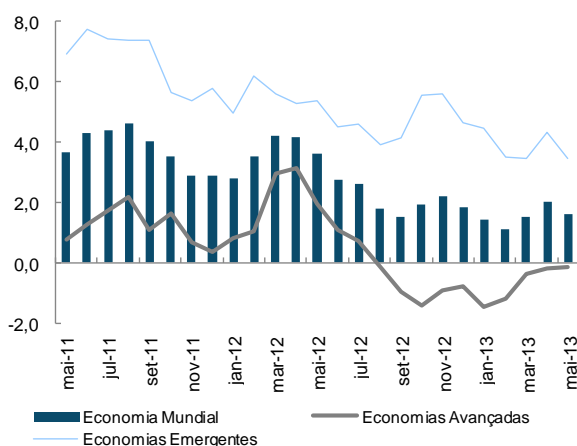
- * De janeiro a maio de 2013, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 2,3 % e contribuíram em 1,6 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 2,4 % (contributo de 1,7 p.p. para o crescimento do total das exportações), enquanto as exportações para os países do Alargamento decresceram 0,7 %. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (23,5% do total de janeiro a maio de 2013), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+1,7 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para os Países Baixos e o Reino Unido (ambos com +0,3 p.p.).
- * Nos primeiros cinco meses de 2013, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 9,0%, passando a representar 29,2 % do total das exportações nacionais (+1,3 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Argélia (+85,9%), Marrocos (+56,1%) e o Brasil (+14,6%).
- * De janeiro a maio de 2013, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 4,0%. As exportações de produtos de média-baixa e baixa intensidade tecnológica são as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,2 p.p. e +2,1 p.p., respetivamente).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de abril de 2013, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,1% nos primeiros quatro meses de 2013. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (4,3% e 4,0%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (3,0 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em maio de 2013, o crescimento da produção industrial mundial abrandou para 1,6% em termos homólogos devido ao enfraquecimento da produção dos países emergentes, especialmente asiáticos. Pelo contrário, assistiu-se a uma ligeira melhoria nas economias avançadas (Japão e França) tornando-se menos negativa.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



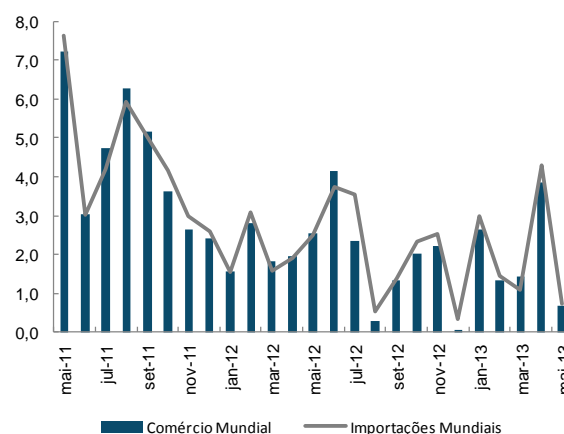
Fonte: CPB.

Para o mesmo mês, o comércio mundial de mercadorias registou uma desaceleração significativa, tendência que abrangeu quer as importações quer as exportações mundiais.

De facto, em maio de 2013 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 0,7% (3,9% em abril);
- as importações e as exportações mundiais desaceleraram para 0,7% e 0,6%, respetivamente (4,3% e 3,4%, em abril de 2013).

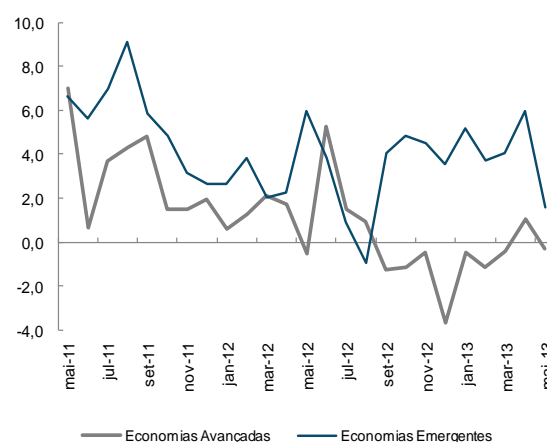
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A deterioração das trocas comerciais mundiais deu-se tanto nas economias avançadas como nos países emergentes, embora esta tendência tenha sido mais acentuada para o segundo grupo de países, com destaque para a Ásia. Já para as economias avançadas, a diminuição do comércio externo foi sobretudo influenciada pelo fraco desempenho das exportações da área do euro e dos EUA.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

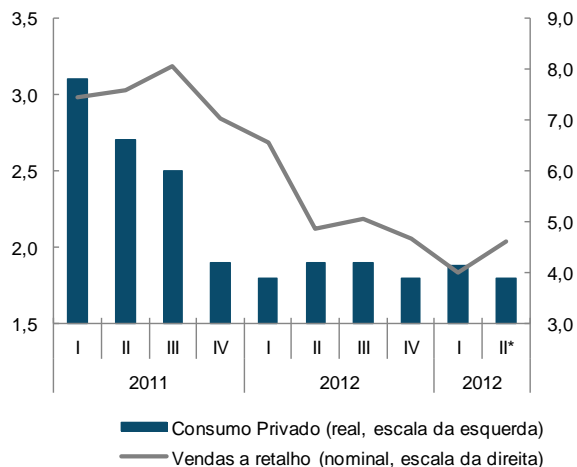
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2013			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	2,7	3,5	3,5	2,0	2,0	1,3	1,1	1,5	2,0	1,6
Economias Avançadas	VH	CPB	0,6	1,6	2,1	-0,1	-1,0	-1,0	-1,2	-0,4	-0,2	-0,1
Economias Emergentes	VH	CPB	5,0	5,6	5,1	4,2	5,3	3,8	3,5	3,5	4,3	3,5
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	1,9	2,1	2,9	1,3	1,4	1,8	1,3	1,4	3,9	0,7
Importações Mundiais	VH	CPB	2,1	2,1	2,7	1,8	1,7	1,8	1,4	1,1	4,3	0,7
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,3	0,2	0,4	-0,3	-1,6	-2,0	-1,6	-3,5	-1,2	-1,4
Economias Emergentes	VH	CPB	4,9	4,3	5,5	4,3	5,5	6,3	5,0	6,4	10,8	3,1
Exportações Mundiais	VH	CPB	1,8	2,1	3,0	0,8	1,2	1,7	1,2	1,7	3,4	0,6
Economias Avançadas	VH	CPB	0,5	1,3	2,1	0,4	-1,8	-0,7	-1,1	-0,4	1,0	-0,3
Economias Emergentes	VH	CPB	3,1	2,8	4,0	1,3	4,3	4,3	3,7	4,0	6,0	1,6

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 2.º trimestre de 2013 indicam a continuação de uma expansão económica relativamente moderada dos EUA, uma ligeira desaceleração do PIB da China e uma melhoria da produção industrial do Japão, mantendo, no entanto uma variação negativa.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



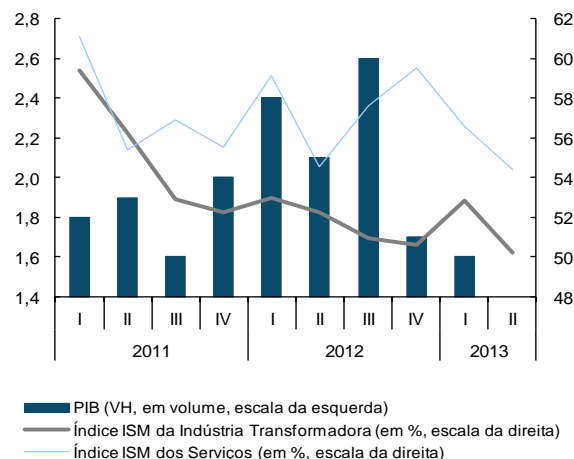
Fonte: Bureau of Economic Analysis. * P/Consumo privado, média dos meses de abril e maio.

Nos **EUA**, os dados disponíveis para o 2.º trimestre de 2013 indicam que, em termos homólogos:

- a produção industrial abrandou para 1,9% (2,5% no 1.º trimestre) em linha com a evolução descendente do indicador de confiança da indústria e dos serviços;
- as vendas a retalho aceleraram para 4,6% em termos nominais (4% no 1.º trimestre);
- a taxa de desemprego desceu para 7,6% e a taxa de inflação diminuiu para 1,4% (1,7% no 1.º trimestre).

No conjunto dos meses de abril e maio de 2013 e em comparação homóloga, tanto o consumo privado como as exportações abrandaram, tendo desacelerado para 1,8% em termos reais e para 1,7% em termos nominais, respetivamente (1,9% e 2,0%, no 1.º trimestre).

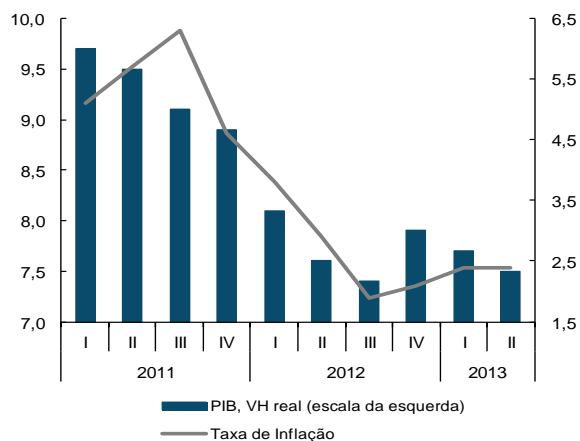
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 2.º trimestre de 2013, o crescimento do PIB da **China** desacelerou para 7,5% (7,7% no 1.º trimestre) devido sobretudo ao abrandamento acentuado das exportações, as quais chegaram a registar uma quebra em junho. Pelo contrário, as vendas a retalho aumentaram para 13% em termos homólogos nominais (12,4% no trimestre precedente) demonstrando a robustez do consumo privado.

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

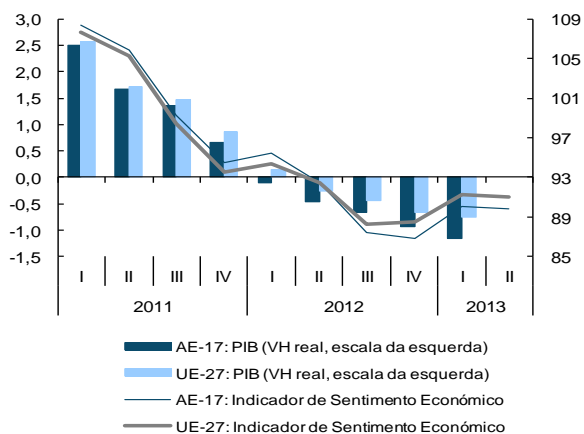
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,1	2,6	1,7	1,6	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	3,6	4,5	3,3	2,8	2,5	1,9	3,1	2,0	1,7	2,0
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,7	52,3	50,9	50,6	52,9	50,2	51,3	50,7	49,0	50,9
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,7	54,5	57,6	59,5	56,6	54,4	56,5	55,0	56,5	51,7
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	76,5	76,3	75,0	79,4	76,7	81,7	78,6	76,4	84,5	84,1
Taxa de Desemprego	%	BLS	8,1	8,2	8,1	7,8	7,7	7,6	7,6	7,5	7,6	7,6
China – PIB real	VH	NBSC	7,8	7,6	7,4	7,9	7,7	7,5	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	7,9	10,4	4,5	9,5	18,9	4,2	10,0	14,6	1,0	-3,1
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,9	3,9	0,3	0,4	0,2	:	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 2.º trimestre de 2013, o indicador de sentimento económico diminuiu, embora muito ligeiramente, tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE). Porém, este indicador evoluiu favoravelmente em junho, especialmente em resultado da melhoria da confiança dos consumidores e do comércio a retalho.

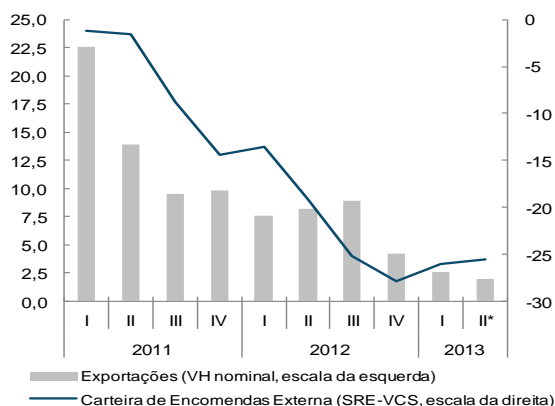
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

No conjunto dos meses de abril e maio de 2013, os indicadores quantitativos (produção industrial e vendas a retalho) para a área do euro melhoraram, apesar da atividade económica se ter mantido fraca; enquanto se assistiu a um menor crescimento das exportações.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



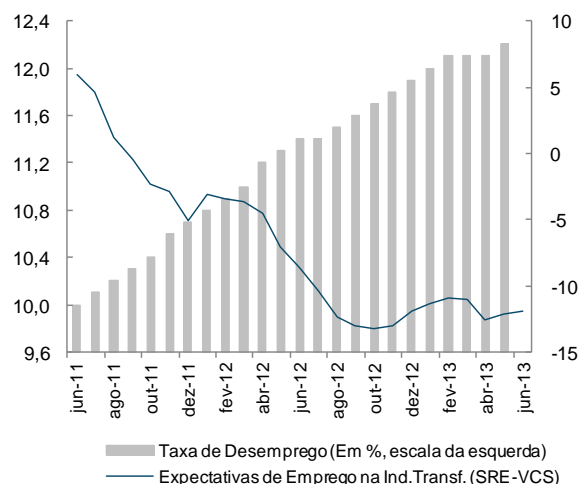
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média dos meses de abril e maio.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-0,3	-0,3	-0,4	-0,7	-0,7	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,9	92,5	88,3	88,5	913	910	915	89,7	90,8	92,6
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	-0,6	-0,5	-0,7	-0,9	-1,1	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,5	92,5	87,4	86,8	90,1	89,8	90,1	88,6	89,5	91,3
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-2,3	-2,1	-2,4	-3,1	-2,4	:	-1,6	-0,5	-1,3	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-1,7	-1,6	-1,6	-2,5	-1,8	:	-2,2	-0,9	-0,6	:
Taxa de Desemprego	%	"	11,4	11,3	11,5	11,8	12,1	:	12,1	12,1	12,2	:
IHPC	VH	"	2,5	2,5	2,5	2,3	1,9	1,4	1,7	1,2	1,4	1,6

Em maio de 2013, a taxa de desemprego subiu para 12,2% na AE; enquanto se manteve em 11% na UE.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

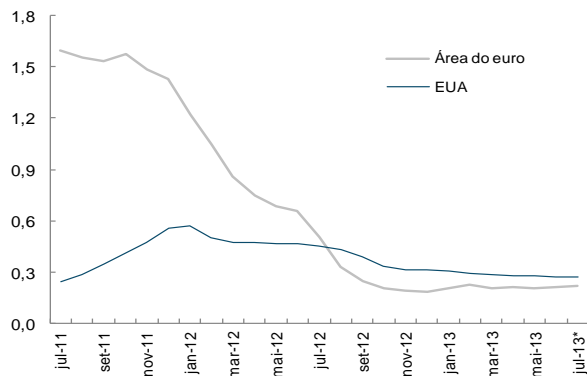
Em junho de 2013, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora e da construção; enquanto pioraram para os serviços e comércio a retalho.

Em junho de 2013, a taxa de inflação da área do euro subiu para 1,6% em termos homólogos (1,4% em maio) mas desceu para 2,0% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,1% em maio). A evolução ascendente da inflação em termos homólogos resultou sobretudo da aceleração dos preços de energia, os quais aumentaram para 1,6% em termos homólogos em junho (-0,2% em maio) refletindo efeitos de base.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo da área do euro apresentaram uma ligeira subida ao longo do mês de julho de 2013, pelo 2.º mês consecutivo; enquanto as dos EUA diminuíram muito ligeiramente. Com efeito e, até ao dia 22, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,22% (0,21%, em junho) e a dos EUA situou-se em 0,27%.

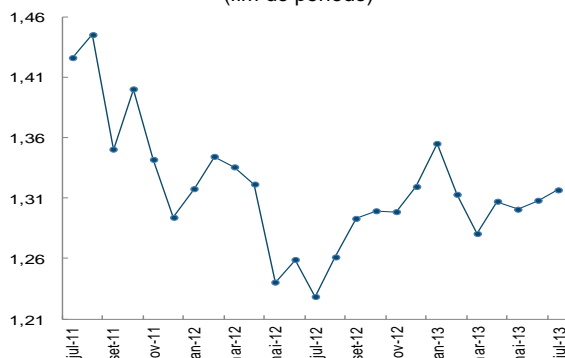
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 22.

Em junho de 2013, as taxas de juro de longo prazo aumentaram quer para a área do euro quer para os EUA num contexto de abrandamento progressivo do programa *quantitative easing* dos EUA. Esta evolução refletiu, em parte, para ambas as regiões, a divulgação de indicadores económicos qualitativos mais positivos, apesar do ainda fraco dinamismo da economia da área do euro.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para julho, o valor é do dia 22.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

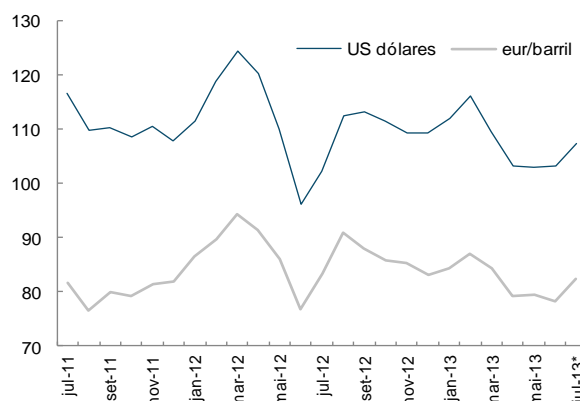
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,19	0,66	0,22	0,19	0,21	0,23	0,21	0,21	0,20	0,23
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,80	1,82	1,64	1,71	1,95	2,00	1,96	1,76	1,93	2,30
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,02	4,27	3,99	3,41	3,14	2,90	3,09	2,88	2,72	3,09
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,319	1,259	1,293	1,319	1,28	1,308	1,281	1,307	1,301	1,308
Dow Jones*	VC	Yahoo	7,3	-2,5	4,3	-2,5	11,3	2,3	3,7	1,8	1,9	-1,4
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	13,8	-8,6	8,4	7,4	-0,5	-0,8	-0,4	3,4	2,1	-6,0
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	111,58	108,78	109,31	110,01	112,56	103,17	109,46	103,19	103,08	103,24
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	0,7	-7,1	-2,6	1,0	-4,8	-5,2	-12,0	-14,2	-6,3	7,4
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	9,0	4,2	10,0	4,9	-5,4	-6,8	-10,4	-13,3	-7,7	2,0
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	86,7	88,6	84,6	85,3	83,5	77,5	82,1	79,9	74,3	78,1

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2013 corresponde à média diária do IGCP.

Em julho de 2013, pelo 2.º mês consecutivo, a taxa de câmbio do euro apreciou-se face às principais divisas internacionais. Com efeito, o euro face ao dólar situou-se, no dia 22, em 1,32 (1,30 no final de maio).

Em junho de 2013, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 78,1 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em julho de 2013 e, até ao dia 22, o preço do petróleo Brent aumentou para se situar, em média, em 107 USD/bbl (82 €/bbl), traduzindo as preocupações relacionadas com a instabilidade político-social do Egito e suas consequências em termos de perturbações da oferta do petróleo.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 22.

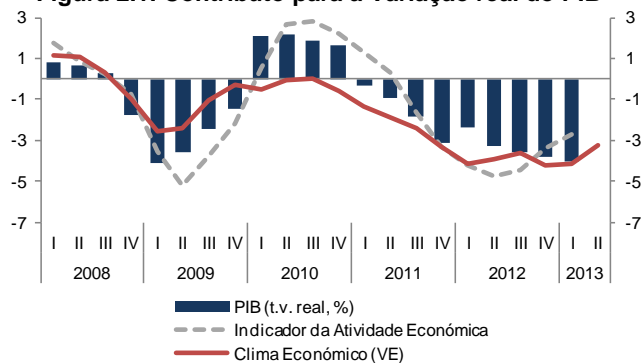
No 2.º trimestre de 2013, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo apresentado uma quebra de 0,5% em termos homólogos (+1,2% no 1.º trimestre) associado sobretudo à diminuição significativa dos preços dos metais, relacionada com a perspetiva de um maior enfraquecimento da economia chinesa.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 2.º trimestre de 2013, segundo os dados divulgados pelo INE, o indicador de clima económico registou uma subida face ao trimestre anterior, denotando a primeira recuperação desde o 3.º trimestre do ano anterior.

Figura 2.1. Contributo para a Variação real do PIB

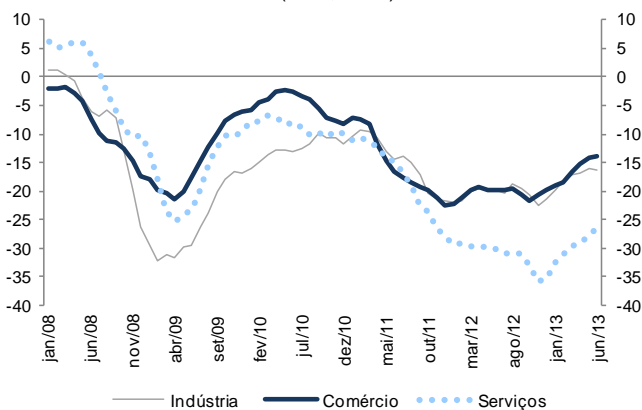


Fonte: INE.

Numa outra perspetiva, o indicador de atividade económica, no trimestre terminado em maio, reforçou a tendência de recuperação que tem registado desde o 2.º trimestre de 2012.

No trimestre terminado em junho assistiu-se a uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança; com especial destaque para o comércio, os serviços e a construção.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)

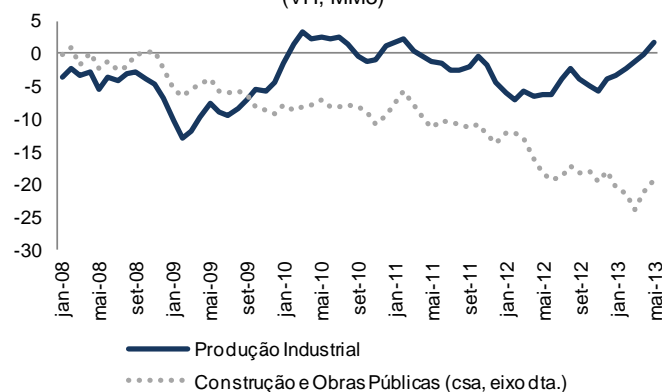


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de maio e junho, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção subiu 3,4% e o índice de volume de negócios cresceu 0,6% (-1,2% e -6,3% no 1.º trimestre, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra menos acentuada (-15,9% quando no 1.º trimestre de 2013 apresentava uma variação homóloga de -23,8%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 5,1% (+3.4 p.p. face ao 1.º trimestre de 2013);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou uma queda de 2,8%, uma melhoria de 2,1 p.p. face ao trimestre terminado em março.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

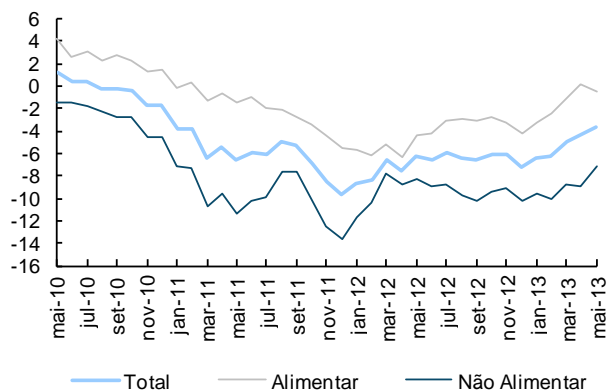
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013					
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun	
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-3,2	-3,6	-3,8	-4,0	:	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-4,0	-3,9	-3,6	-4,2	-4,1	-3,2	-4,2	-3,9	-3,6	-3,2	-2,9	
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-20,3	-19,9	-19,6	-21,4	-17,2	-16,3	-17,5	-15,6	-17,7	-14,9	-16,5	
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-20,1	-19,9	-20,5	-19,9	-16,7	-13,8	-15,8	-14,4	-15,6	-12,6	-13,2	
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-31,5	-30,3	-31,0	-35,2	-29,7	-26,5	-30,1	-28,1	-29,0	-26,5	-24,1	
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-70,4	-71,5	-70,5	-70,7	-65,7	-62,2	-64,4	-64,5	-63,3	-63,3	-60,2	
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-3,0	-4,9	-3,0	-2,1	-3,9	:	-3,6	-4,9	0,7	3,3	:	
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-3,1	-4,3	-5,3	-3,4	-6,5	:	-7,3	-9,2	3,9	0,0	:	
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-9,7	-11,0	-10,1	-8,8	-9,3	:	-10,9	-10,4	-2,6	-6,2	:	

Consumo Privado

No trimestre terminado em maio, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho caiu 3,7% face ao período homólogo (no trimestre terminado em abril tinha caído 4,4%). Neste período, a componente alimentar registou uma variação homóloga de -0,5%, ao passo que na componente não-alimentar a variação foi de -7,1%.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

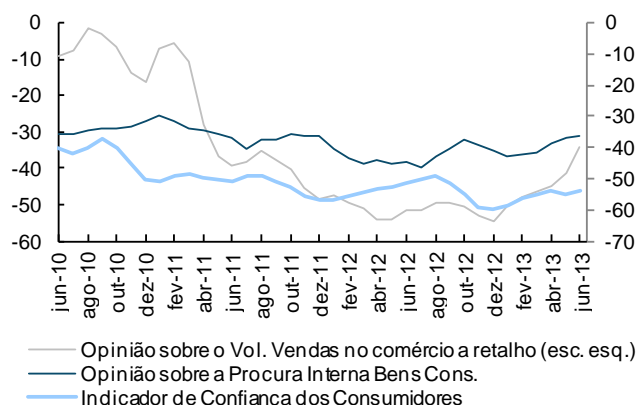


Fonte: INE.

As opiniões dos empresários quanto às perspetivas sobre o volume de vendas no comércio a retalho e a procura interna de bens de consumo melhoraram no 2.º trimestre de 2013 face ao trimestre terminado em maio.

Para o mesmo período, o Indicador de Confiança dos Consumidores apresentou, também, uma melhoria, tendo todas as suas componentes uma evolução positiva.

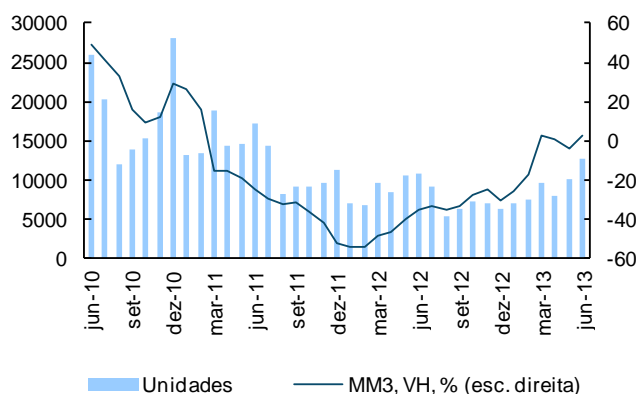
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em junho de 2013 venderam-se 12 706 automóveis ligeiros de passageiros. No 2.º trimestre de 2013 verificou-se um crescimento homólogo nas vendas de 3,1% (2,7% no 1º trimestre)

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013				
				T2	T3	T4	T1	T2	fev	mar	abr	mai	jun
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-5,6	-5,7	-6,0	-5,3	-4,3	:	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52,2	-51,5	-51,4	-59,8	-55,3	-53,9	-52,8	-55,5	-54,3	-55,2	-52,1
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-51,7	-51,7	-49,7	-54,5	-46,4	-34,3	-48,2	-48,9	-37,5	-37,3	-28,1
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,7	-6,6	-6,6	-7,2	-4,9	:	-5,4	-5,5	-2,1	-3,5	:
Bens Alimentares	VH	"	-4,2	-4,2	-3,0	-4,3	-1,2	:	-0,2	-2,2	2,9	-2,1	:
Bens não alimentares	VH	"	-9,3	-9,0	-10,1	-10,2	-8,7	:	-10,5	-8,9	-7,3	-5,1	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-37,9	-35,5	-33,4	-30,3	2,7	3,1	8,9	-0,2	-4,4	-5,7	17,6
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-6,0	-5,4	-7,7	-4,6	-3,4	:	-4,3	-5,8	8,4	0,7	:

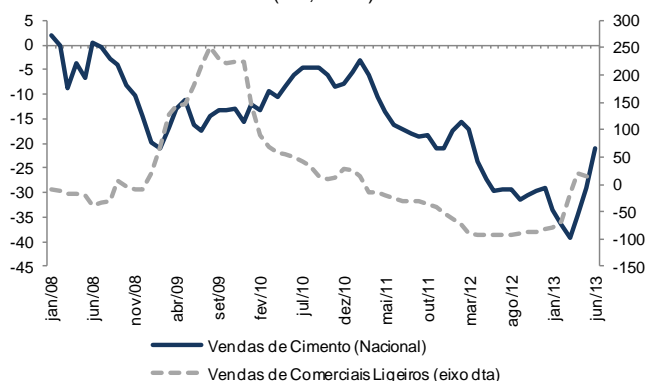
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Mono volumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 2.º trimestre de 2013, mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 10,3% (+27 p.p. face ao trimestre terminado em março) acompanhadas pela variação de -5.7% na venda de veículos comerciais pesados, uma melhoria de 4.6 p.p. face ao período precedente;

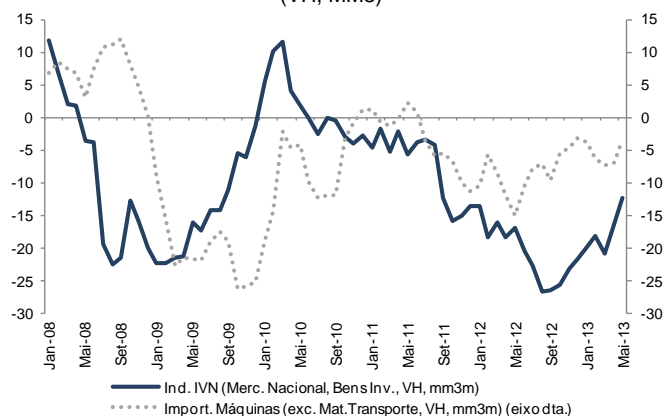
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso melhorou substancialmente;
- as vendas de cimento atenuaram a sua trajetória registando uma queda de 21% (+ 18 p.p. comparando com os valores verificados no trimestre terminado em março);
- o Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou uma variação homóloga de -3,2%, o que compara com a variação de -4,5% do 1.º trimestre do ano.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

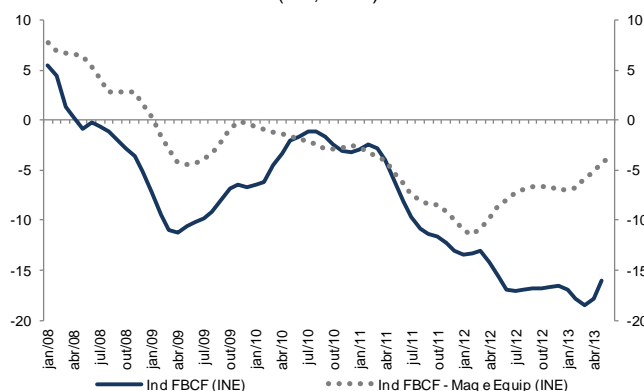


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de maio e junho, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional melhorou a sua evolução, situando-se nos -5,8% (-20,9% no 1.º trimestre de 2013);
- a importação máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte desceu 3,0% (+5.4 p.p. face ao 1.º trimestre).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

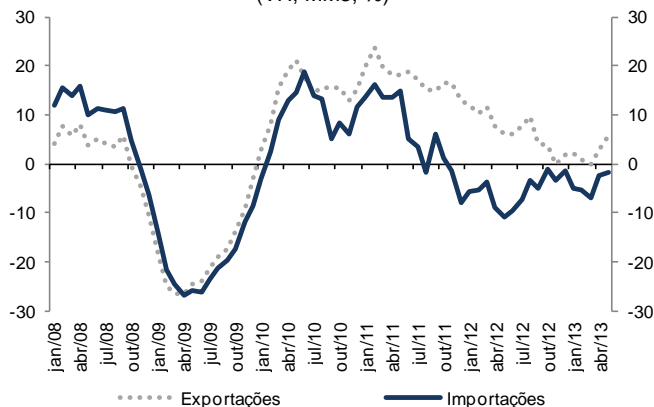
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13,5	-20,6	-14,5	-2,1	-16,8	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-14,5	-17,5	-14,6	-12,8	-16,8	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-16,2	-15,6	-16,9	-16,7	-17,8	-16,1	-18,0	-18,8	-18,6	-16,0	-13,7
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-26,7	-29,7	-31,5	-29,1	-39,2	-20,9	-35,7	-44,6	-21,5	-18,7	-22,8
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-92,1	-90,5	-82,8	-16,7	10,3	23,6	15,5	21,4	119	0,2
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-29,1	-52,0	-5,8	22,7	-0,2	2,5	64,6	-15,1	84,5	-32,0	-6,3
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-45,0	-45,3	-40,1	-47,5	-30,3	-38,9	-34,5	-38,2	-44,0	-20,0	-16,2
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-34,7	-35,1	-33,8	-39,9	-44,8	:	-16,7	-51,4	-29,2	:	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-6,5	-9,1	-9,7	0,1	-8,4	:	-13,1	-12,5	-2,0	-4,0	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-21,1	-20,4	-26,4	-21,7	-20,9	:	-17,2	-23,7	-6,4	-5,2	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para abril e maio, apontam para uma subida de 2,6% das importações e uma aceleração das exportações para os 10,8% (-6,9% e -0,2% no 1.º trimestre, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Também nos meses de abril e maio, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações aumentou 16%, um valor acima dos 4,1% registados no 1.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 8,7% (-1,8% no 1.º trimestre);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário subiu 2,0%, enquanto que o mercado extracomunitário subiu 4,2% em termos homólogos (-8,7% e -2,3% no 1.º trimestre respetivamente). Estes resultados permitem que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens se situe atualmente em 85,9% (79,9% em igual período de 2012);
- as novas encomendas à indústria do mercado externo caíram 0,1% (+7,8 p.p. quando comparado com o trimestre terminado em março).

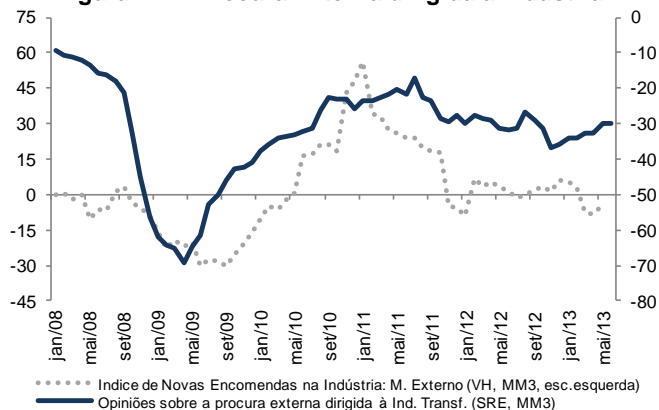
Por seu lado, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos negativas quando comparadas com o trimestre anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2012				2013	2013				
					1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr	mai
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,1	3,2	8,2	3,5	1,7	-0,2	0,1	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-5,9	-6,7	-5,4	-10,8	-8,1	-2,3	-6,0	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-4,4	-0,6	-1,7	0,0	-0,3	-0,4	1,4	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-5,6	0,3	-3,1	0,3	0,5	3,9	0,7	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,5	5,8	11,6	6,2	4,0	1,8	-0,2	6,6	-3,1	-3,5	16,8	5,6
Entradas de mercadorias	VH nom	"	3,8	-5,1	-3,8	-9,6	-5,0	-1,5	-6,9	-5,6	-5,4	-9,6	9,3	-3,2

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2012				2013	2012	2013	Diferença
					1T	2T	3T	4T	1T	janeiro - maio	janeiro - maio	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-9 859,1	1313,2	-1043,3	-489,3	2 432,8	413,0	677,8	-1601,5	1436,9	3 038,4
Saldo Balança de Bens	"	"	-14 205,2	-8 582,3	-2 398,7	-1871,4	-2 252,8	-2 059,4	-1334,6	-3 880,5	-2 267,1	1613,4
Saldo Balança de Serviços	"	"	7 697,0	8 692,9	1372,6	2 030,8	3 340,2	1949,3	1594,5	2 692,8	3 142,1	449,2
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-8 464,3	-6 422,4	-1559,5	-2 074,3	-1498,6	-1290,0	-1 121,1	-3 095,3	-2 472,4	622,8
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 989,9	3 754,8	820,7	732,2	1316,6	885,2	823,6	1361,1	1666,3	305,2

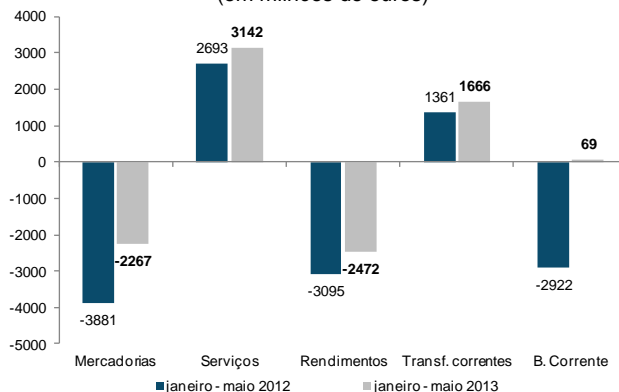
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até maio de 2013, o excedente acumulado da balança corrente foi de 69 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2991 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos. É de destacar o comportamento da balança de bens que melhorou 1 613 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

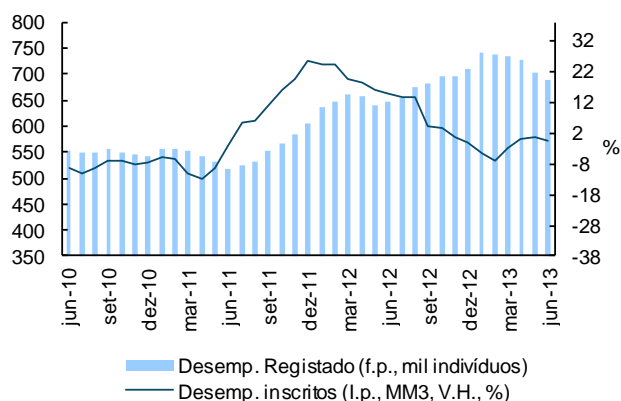
No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento da economia portuguesa de 1 437 milhões de euros (uma melhoria de 3 038 milhões de euros face a maio de 2012).

Mercado de Trabalho

Segundo dados do IEFP, estavam, no final de junho de 2013, registados 689,9 mil desempregados. A taxa de variação homóloga foi de 6,8%, situando-se 2,9 p.p. abaixo da registada no mês de maio.

No 2.º trimestre de 2013, o número de desempregados inscritos ao longo do período caiu, em termos homólogos, em 0,5%.

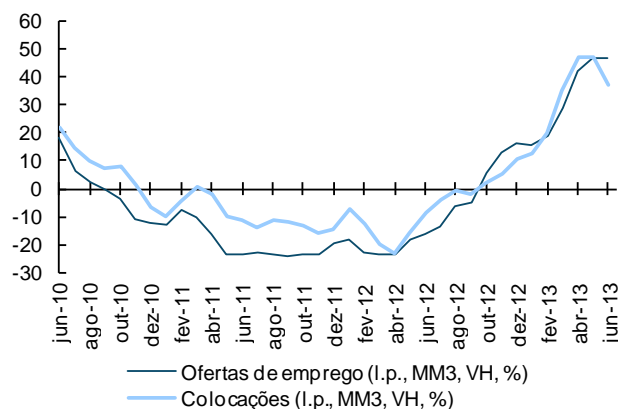
Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

Relativamente às ofertas de emprego e colocações, houve uma melhoria no 2.º trimestre de 2013 face ao trimestre homólogo. No caso das ofertas de emprego, verificou-se um aumento de 47%; já as colocações aumentaram em 36,9%.

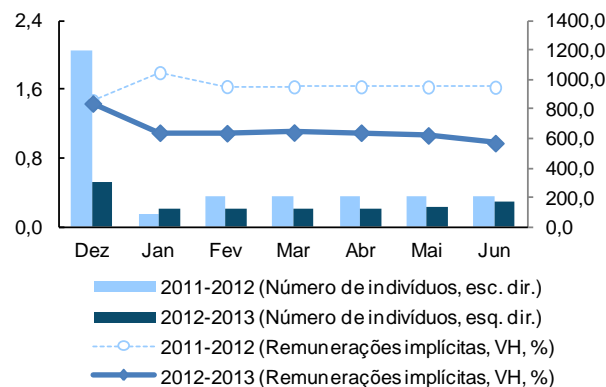
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) até junho de 2013 situou-se em 166,8 mil, abaixo do registado no período homólogo (cerca de 200 mil). A variação intertrimestral anualizada das remunerações implícitas convencionada pelos IRCT situou-se em 1%.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

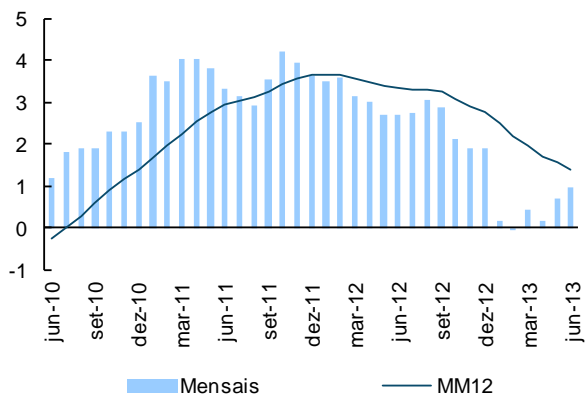
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013		2013				
				T1	T2	T3	T4	T1	T2	fev	mar	abr	mai	jun
Taxa de desemprego	%	INE	15,7	14,9	15,0	15,8	16,9	17,7	:	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-4,2	-4,2	-4,2	-4,1	-4,3	-4,9	:	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	17,4	19,8	24,5	23,4	17,4	11,0	6,8	14,1	11,0	11,1	9,7	6,8
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	8,5	19,8	14,7	4,3	-1,3	-3,2	-0,5	-5,2	-3,0	9,5	-4,0	-6,4
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-8,8	-23,6	-16,4	-4,8	16,2	28,6	47,0	34,2	28,4	62,4	49,9	30,9
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,4	1,6	1,6	1,4	1,4	1,1	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-8,7	-7,2	-9,6	-9,6	-8,1	-0,4	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,1	1,6	2,5	2,2	2,0	2,0	:	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

A taxa de inflação do mês de junho foi, segundo o INE de 1% (tinha sido de 0,7% no mês de maio). Tomando em consideração a média dos 12 meses anteriores, analisando assim a taxa de inflação do ano terminado em junho, o valor situa-se em 1,4%.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC (VH, %)



Fonte: INE.

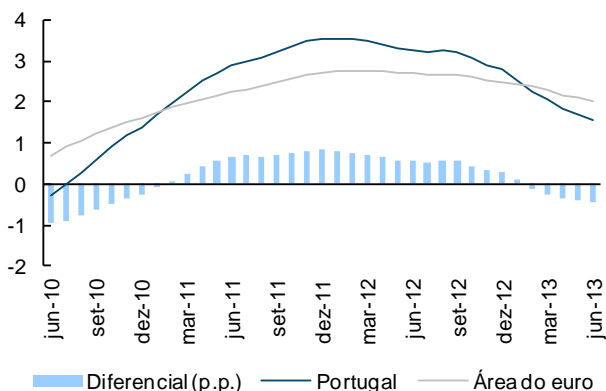
Os dados do INE permitem-nos verificar que os preços dos bens e dos serviços apresentaram, em junho, variações homólogas de 1% em ambos os casos.

O IPC subjacente, isto é, do IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, aumentou face ao período homólogo em 0,6%. O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se em 0,3 p.p., este mês.

Olhando para as categorias do IPC, constata-se que as maiores subidas de preços em termos homólogos se deram nos Produtos Alimentares e Bebidas (2,8%) e nas Bebidas Alcoólicas e Tabaco (4%), ao passo que as maiores descidas em termos homólogos se registaram no Vestuário e Calçado (-3,4%) e nos Transportes (-1,5%).

Comparando a inflação portuguesa com a da área do euro através do IHPC, regista-se que a inflação portuguesa se mantém abaixo da inflação média da área do euro.

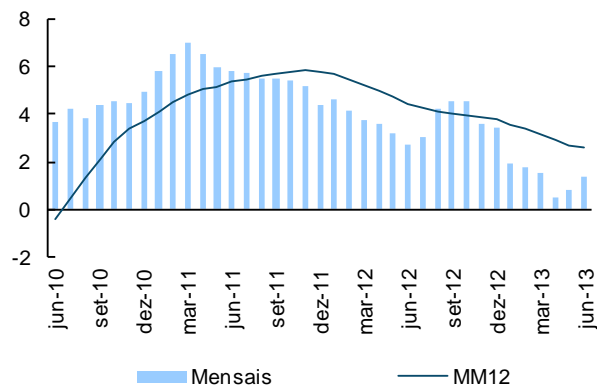
Figura 2.17. Taxa de Variação do IHPC (MM12, VH, %)



Fonte: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em junho uma variação homóloga de 1,3 % (0,5 p.p. acima do mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI (VH, %)



Fonte: INE

Para a variação do IPPI contribuíram principalmente os aumentos registados nas classes de Eletricidade, Água, Gás, Vapor, Ar Quente e Ar Frio, bem como na Energia, os quais foram de 6,4 e 3,1%, respetivamente. Os preços dos Bens de Consumo Duradouros caíram 0,6%.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

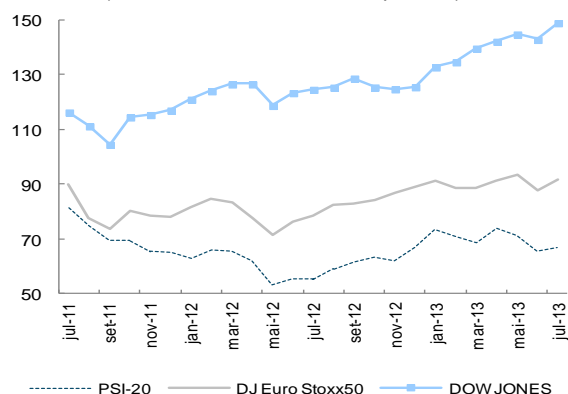
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013					
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	0,2	0,3	-0,3	0,0	-1,2	-0,1	1,7	0,0	0,2	0,1
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	2,8	2,1	1,9	1,9	0,2	0,0	0,5	0,2	0,7	1,0
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,3	3,1	2,9	2,8	2,5	2,2	2,0	1,7	1,6	1,4
IPC - Bens	VH	"	2,5	1,6	1,2	1,2	-0,4	-0,6	0,0	-0,2	0,7	1,0
IPC - Serviços	"	"	3,1	3,0	3,0	3,0	1,0	0,7	1,2	0,7	0,8	1,0
IPC Subjacente*	"	"	1,5	1,1	1,2	1,3	-0,3	-0,5	0,3	0,3	0,5	0,6
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,8	4,6	3,6	3,4	1,9	1,8	1,5	0,5	0,8	1,3
IHPC	"	"	2,8	2,1	1,9	2,1	0,4	0,2	0,7	0,4	0,9	1,2
Diferencial IHPC PT vs. AE (MM12, VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,4	0,4	0,3	0,1	-0,1	-0,2	-0,3	-0,4	-0,5

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em julho de 2013, os índices bolsistas internacionais registaram um comportamento globalmente positivo tanto para a área do euro como para os EUA. No caso da área do euro, esta evolução tem vindo a refletir as expectativas mais favoráveis da economia, reveladas pela melhoria da generalidade dos indicadores de confiança do mês de junho. Assim, em julho de 2013 e, no dia 22, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* valorizaram-se, cerca de 5% e de 4%, face ao final do mês de junho.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

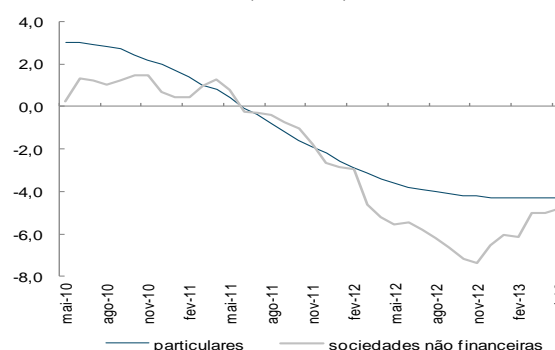


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para julho, o valor é do dia 22.

O índice PSI-20 acompanhou a tendência de recuperação evidenciada pelos mercados acionistas internacionais mas, menos acentuadamente. De facto, em julho de 2013 e, no dia 22, o índice PSI-20 subiu quase 2% face ao final do mês de junho, invertendo a evolução negativa registada nos meses precedentes.

Em maio de 2013, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro estabilizou, mantendo uma variação negativa de 4,6% em termos anuais. Mas, enquanto se registou uma estabilização do crédito destinado a particulares, verificou-se uma melhoria do crédito às empresas não financeiras, cuja taxa de variação foi menos negativa.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

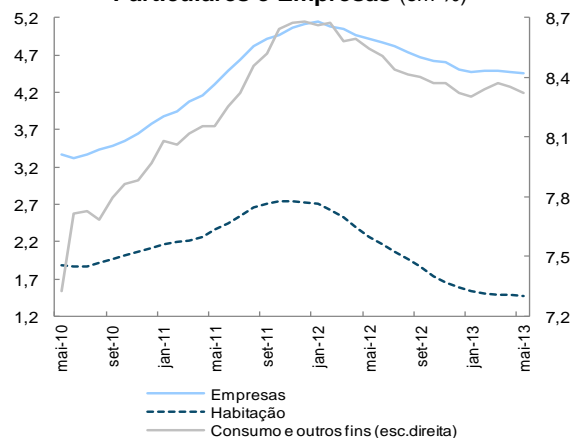


Fonte: Banco de Portugal.

No âmbito do crédito destinado aos particulares, a variação anual manteve-se negativa (-4,3%) tendo sido de igual magnitude desde o mês de dezembro de 2012. Esta evolução estendeu-se ao crédito à habitação; já que para o crédito ao consumo e para outros fins, a variação do crédito foi menos negativa.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para os particulares como para as empresas. Porém, esta descida foi mais pronunciada para os particulares, com destaque para o crédito ao consumo e outros fins.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

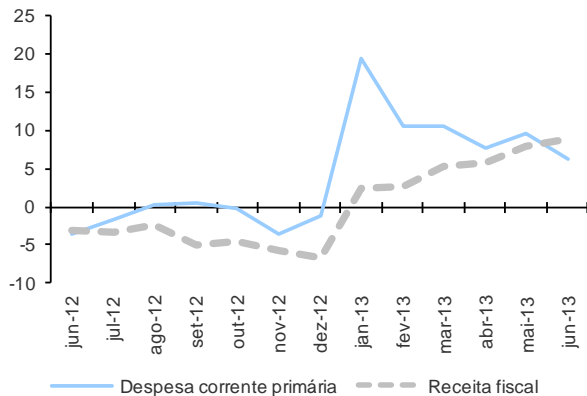
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013					
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,9	8,3	7,7	6,9	6,0	6,2	6,3	5,6	5,5	6,4
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	566	687	631	556	434	479	504	446	393	463
PSI 20*	VC	CMVM	2,9	2,9	-1,9	7,6	9,7	-3,4	-2,8	7,3	-3,7	-7,7
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,6	-3,4	-3,5	-3,6	-3,6	-3,6	-3,6	-3,7	-3,7	:
- para consumo	va**	"	-9,4	-9,7	-8,8	-9,4	-9,5	-9,2	-9,4	-9,1	-9,0	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-6,5	-7,2	-7,4	-6,5	-6,0	-6,2	-5,0	-5,0	-4,8	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,59	1,74	1,66	1,59	1,53	1,51	1,49	1,49	1,47	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	4,51	4,62	4,60	4,51	4,48	4,48	4,48	4,47	4,45	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até junho, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 4851,2M€, o que representa um agravamento 1631,3M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 1388,7M€, aumentando 1767,7M€ face ao ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



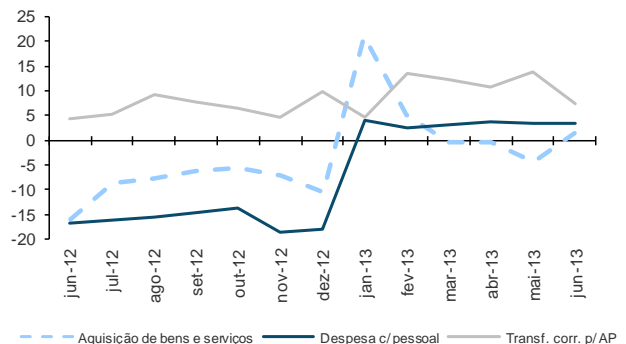
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2012, caracterizou-se por:

- uma aceleração da receita fiscal, que cresceu 9%, justificada, essencialmente, pelo aumento do IRS (38,8%), em resultado da aplicação das novas tabelas de retenção na fonte e do IRC (7,7%) explicado por um reforço do controlo dos valores entregues pelas empresas e do imposto único de circulação (25,2%). Em sentido contrário, salienta-se o decréscimo dos restantes impostos, nomeadamente do IVA (-0,8%), do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (-3,5%) e do imposto sobre veículos (-17,9%). A receita não fiscal registou uma diminuição de 56,6%, refletindo essencialmente a diminuição da receita de capital (contabilização da transferência de fundos de pensões de instituições de crédito e da receita da venda dos direitos de utilização das frequências 4G em 2012); e

- um crescimento da despesa total em 1,8% e da despesa primária em 2,8%. A evolução da despesa foi condicionada pelo aumento das transferências para a Segurança Social, CGA e das despesas com pessoal, bem como as outras despesas correntes e dos subsídios. Com impacto contrário na despesa, salienta-se a diminuição das transferências de capital, nomeadamente das destinadas à Administração Central e outros subsectores das Administrações Públicas.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

A despesa acumulada do Estado com ativos financeiros em junho atingiu 3299M€, correspondendo a 18,5% do valor orçamentado para o ano. Face ao mês anterior, o aumento foi de 143,2M€ devido ao aumento dos empréstimos de médio e longo prazo, nomeadamente às EPR (82,8M€), à administração Local do continente no âmbito do PAEL (47,2M€) e à Administração Regional da Madeira no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (8,8M€).

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2012	2013	2012	2013	2013			
	jan a jun		jan a jun		mar	abr	mai	jun
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	19867	18651	47,2	45,3	3,2	4,3	7,7	-6,1
Receita corrente	16926	18486	43,8	46,2	4,1	5,1	8,4	9,2
Impostos diretos	5826	7308	40,3	44,1	17,7	17,9	22,0	25,4
Impostos indiretos	9227	9099	44,6	47,2	-2,2	-1,7	-1,3	-1,4
Despesa Total	23087	23502	47,6	48,8	5,3	3,0	6,3	1,8
Despesa corrente	21837	22835	47,9	49,2	10,9	6,9	10,3	4,6
Despesa com pessoal	4228	4371	48,0	49,0	3,1	3,8	3,3	3,4
Aquisição bens e serviços	604	611	31,9	36,9	-0,3	-0,3	-4,3	1,3
Subsídios	33	87	10,7	35,3	2354,9	36,0	182,8	164,9
Juros	3599	3463	49,1	47,6	14,7	0,3	17,3	-3,8
Transferências corr. p/ AP	11691	12538	48,6	50,6	12,2	10,6	13,8	7,2
Saldo Global	-3220	-4851	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	379	-1389	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, incluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até junho e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 416,2M€, o que representa uma redução de 822,1M€ face ao período homólogo. De referir que o não reporte de dados de algumas entidades e as alterações ao universo das entidades abrangidas não permite uma correta comparabilidade entre os dados, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas. Também, este período ficou marcado pelo pagamento dos duodécimos do subsídio de natal, pelo acréscimo da taxa da CGA paga pela entidade empregadora e pela Contribuição Extraordinária de Solidariedade.

Assim, a execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 5,5%, refletindo principalmente a diminuição das transferências de correntes do Estado, das transferências de capital e das taxas, multas e outras penalidades, e da receita extraordinária do leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4ª geração móvel. Em sentido contrário, para além do acréscimo das contribuições para a CGA (já referido), as receitas fiscais, via impostos indiretos, e das outras receitas correntes também aumentaram; e
- um aumento da despesa em 0,9%, explicada, essencialmente, pelo aumento das outras transferências correntes e das despesas de pessoal. Em sentido oposto, constata-se a diminuição da aquisição de bens e serviços, do investimento (explicada maioritariamente pela suspensão e redução do investimento em escolas no âmbito da Parque Escolar, E.P.E. e pela reclassificação do IVA relativo às concessões rodoviárias), das outras despesas correntes, dos juros e outros encargos da dívida suportados pelas EPR e das transferências correntes de outros subsectores das Administrações Públicas.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em Junho, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS indica um saldo de 74,8M€, que compara com um excedente de 597,1M€ registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2012, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 13,6%, justificado unicamente pela redução da transferência do OE, a qual está influenciada por um efeito base (regularização extraordinária de dívidas no valor de 750M€, em junho de 2012), expurgando este efeito a receita apresentaria um aumento de 3,7%; e
- uma redução da despesa em 2,3%, devido sobretudo à diminuição da despesa com a aquisição de bens e serviços, com particular ênfase na componente de responsabilidades com entidades públicas empresariais e diminuição da despesa em participações com produtos farmacêuticos. Em sentido contrário, salienta-se o aumento das despesas com pessoal em consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social.

Quadro 2.9. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde				
	2012		2013		2013
	jan a jun		jan a jun		
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)
Receita Total	4 485	3 875	44,2	47,2	-13,6
Receita fiscal	40	44	-	54,8	8,4
Transferências das Administrações Públicas	4 331	3 692	44,5	47,1	-14,8
Receita de capital	13	3	30,4	16,1	-79,4
Despesa Total	3 888	3 800	47,0	46,3	-2,3
Despesa com pessoal	376	436	46,5	45,3	16,2
Aquisição de bens e serviços	3 470	3 345	47,4	47,3	-3,6
Despesa de capital	25	5	32,6	10,0	-79,8
Saldo Global	597	75	-	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas				
	2012		2013		2013	2012		2013		2013
	jan a jun		jan a jun			jan a jun		jan a jun		
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)
Receita Total	13 040	12 320	45,1	46,4	-5,5	1434	1 159	40,5	39,9	-19,2
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1664	2 053	49,9	44,7	23,4	-	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	7 736	7 233	44,5	48,6	-6,5	150	255	42,3	40,4	70,4
Despesa Total	11802	11904	41,5	43,4	0,9	1906	1757	41,	41,2	-7,8
Despesa com pessoal	1494	1625	49,6	44,7	8,8	332	357	48,2	44,4	7,7
Aquisição de bens e serviços	4 027	3 900	38,0	43,6	-3,2	301	341	37,7	39,1	13,2
Transferências correntes	4 475	4 817	46,1	46,7	7,6	12	14	41,0	21,7	18,3
Saldo Global	1238	416	-	-	-	-472	-598	-	-	-

Fonte: DGO.

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

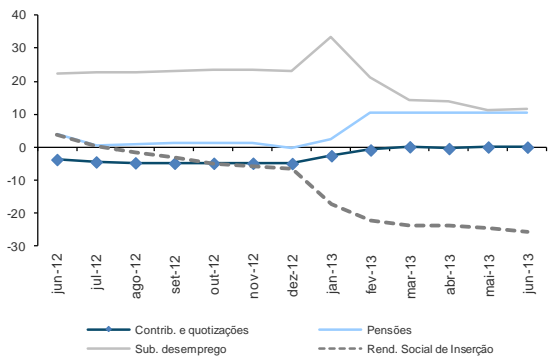
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até junho, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 418,1M€, o que representa uma melhoria de 144,3M€ face ao mesmo período de 2012.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

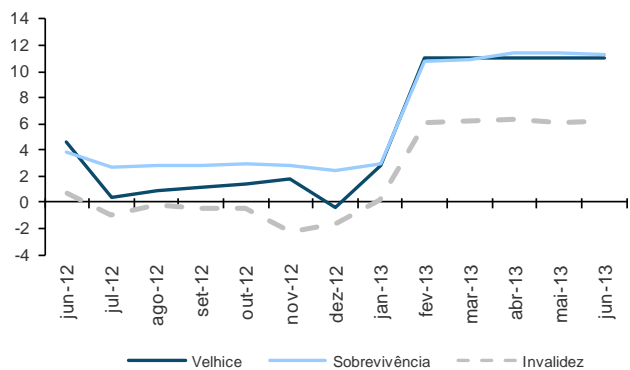
- um aumento da receita em 8,3%, em resultado do acréscimo da dotação ao abrigo da Lei de bases da Segurança Social (19,1%) e das transferências no âmbito do IVA Social e Programa de Emergência Social (36,1%) e, ainda, das transferências com origem no Fundo Social Europeu (27,2%); e
- um aumento da despesa em 7,2%, espelhando, sobretudo, a evolução da despesa com pensões (10,6%), influenciada pelo pagamento dos duodécimos do subsídio de Natal, bem como pelo subsídio de desemprego e apoio ao emprego (11,8%) e evolução das despesas de formação profissional nomeadamente as com suporte no FSE (18,1%). Contrariamente, constata-se uma diminuição das despesas com outras prestações sociais (-15,8%) e do rendimento social de inserção (-25,5%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo de 44% no subsídio de doença, 10,8% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 1,7% nas pensões de velhice e de 1,2% nas pensões de sobrevivência. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição nos beneficiários da pensão de invalidez, em 2,5%.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



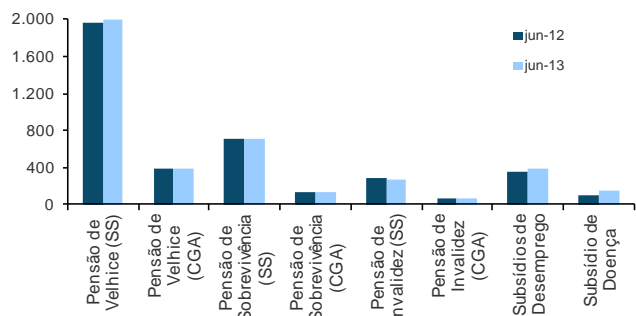
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até junho, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 113,4M€, que compara com 191,7M€ no período homólogo. A receita total aumentou 8,1%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das contribuições para a CGA (23,5%), em consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras, de 15% para 20%, do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e da aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade. É de referir que as receitas de capital voltaram a registar uma diminuição de -50,3%. A despesa total aumentou 10,5%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal aos pensionistas e aumento do número dos mesmos. O número de beneficiários de pensões de velhice e os de sobrevivência aumentou 2,6% e 1,2%, respetivamente.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2012		2013		2012		2013			
	jan a jun		jan a jun		jan a jun		jan a jun			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	11430	12383	8,3	46,9	49,4	4063	4391	8,1	47,8	50,6
Contribuições e quotizações	6385	6389	0,1	49,0	48,4	1662	2052	23,5	50,1	44,7
Transferências correntes da Adm. Central	3570	4253	19,1	43,4	52,8	2209	2208	0,0	49,6	56,2
Despesa Total	11156	11965	7,2	45,8	47,7	3872	4277	10,5	47,9	48,6
Pensões	6393	7071	10,6	44,3	47,3	3855	4256	10,6	48,0	48,7
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	260	254	-1,9	49,7	50,7	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1272	1422	11,8	49,6	52,8	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	757	782	3,3	49,8	49,6	-	-	-	-	-
Saldo Global	274	418	-	-	-	192	113	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

Administração Local

Até junho, na ótica da contabilidade pública, o défice provisorio da execução orçamental da Administração Local foi de 48,1M€, o que corresponde a um agravamento de 337,3M€ relativamente ao ano anterior. Este resultado é influenciado pela regularização de dívidas a fornecedores no âmbito do PAEL, sem as quais o saldo deste subsector seria de 222,9M€, correspondendo a um agravamento de 66,3M€ face ao período homólogo. A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 3,6%, em resultado da diminuição da receita de capital, em 28,9%, essencialmente devido ao comportamento das transferências ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, e da receita fiscal, em 6,8%, destacando-se a quebra de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre Transmissões. Este comportamento foi parcialmente compensado pelo aumento das transferências correntes no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro; e
- um aumento da despesa total em 6,8%, que traduz, fundamentalmente, a variação positiva da despesa corrente (9,4%), explicada pela despesa com pessoal, pela despesa com aquisição de bens e serviços, que inclui a liquidação de pagamentos efetuados no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) para regularização das dívidas dos municípios a fornecedores, e outras transferências correntes. Em sentido oposto, é de referir-se a diminuição dos subsídios, dos juros e outros encargos e das outras transferências de capital.

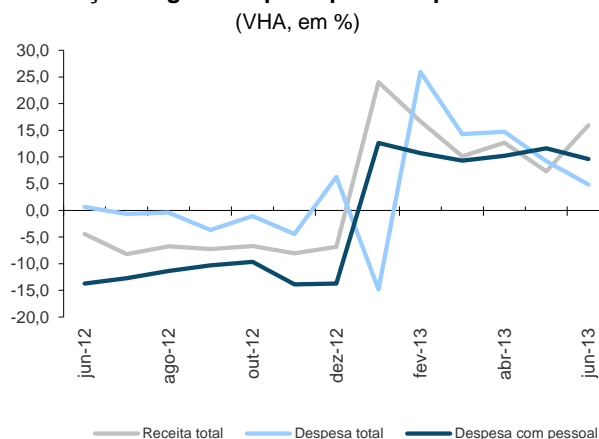
Administração Regional

Até junho, e na ótica da contabilidade pública, o excedente orçamental da Administração Regional situou-se nos 7,4M€, o que corresponde a uma melhoria de 95,4M€ face ao período homólogo. Este comportamento resultou de comportamentos distintos das duas regiões: assim assistiu-se a uma deterioração do excedente da Região Autónoma dos Açores (RAA), em 24,6M€ face ao período homólogo, enquanto que a Região Autónoma da Madeira (RAM) registou uma melhoria do excedente, em 120M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2012, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 16%, devido, sobretudo, ao comportamento positivo da receita fiscal, em ambas as Regiões Autónomas, e das transferências correntes do resto do mundo e do OE. A receita de capital denotou um acréscimo de 15,5%, devido ao aumento das transferências de capital em ambas as Regiões Autónomas, embora com um impacto mais significativo na RAM; e
- um acréscimo da despesa total em 4,8%, traduzindo comportamentos dispares nas duas regiões: um aumento de 13,4%, na RAA, e uma diminuição de 10,8%, na RAM. A despesa corrente apresentou uma diminuição de 0,9%, com variações de -10,84% na RAM e 13,4% na RAA. Para este comportamento da despesa na:
 - RAA, contribuíram essencialmente as transferências correntes, nomeadamente para as empresas públicas da área da saúde; e

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes



Fonte: DGO.

- RAM salientam-se a diminuição da despesa com aquisição de bens e serviços, que reflete os pagamentos às farmácias e às SCUT assim como a redução das transferências correntes, especialmente para as empresas públicas. A despesa com pessoal apresenta, para o conjunto das regiões um aumento de 9,6%. Constatase, ainda, um aumento da despesa de capital em ambas as regiões autónomas (56,1%).

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional					Administração Local				
	2012	2013	2012	2013	2013	2012	2013	2012	2013	2013
	jan a jun					jan a jun				
	10 ⁶ euros				VHA (%)	10 ⁶ euros				VHA (%)
Receita total	896	1 039	37,5	46,7	16,0	3 408	3 284	45,8	46,2	-3,6
Impostos	467	591	37,3	48,9	26,6	1 113	1 037	50,0	43,5	-6,8
Transferências correntes	256	259	53,4	66,7	1,2	1 031	1 167	49,7	47,2	13,2
Despesa total	984	1 032	35,6	43,6	4,8	3 119	3 332	46,6	52,6	6,8
Pessoal	328	359	48,5	54,4	9,6	1 048	1 165	50,2	59,7	11,2
Aquisição de bens e serv	199	165	41,4	42,8	-16,8	852	943	46,0	54,5	10,7
Transferências correntes	292	284	45,8	53,0	-2,5	208	236	44,6	52,2	13,4
Investimento	36	75	10,8	25,6	111,5	701	713	45,1	45,9	1,6
Saldo global	- 88	7	-	-	-	289	- 48	-	-	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em maio de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 211,5 mil M€, mais 2578M€ que no final de abril. Esta evolução deve-se ao aumento do *stock* da dívida da Administração Central, dos quais 676M€ dizem respeito ao aumento da dívida das empresas públicas incluídas na Administração Central, dado que a administração regional e local diminuiu a dívida em 26M€.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2012 dez	2013 abr	2013 mai
Administrações Públicas	204 485	208 971	211 549
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	204 025	208 593	211 238
Administração Regional e Local	9 444	9 664	9 638
Segurança Social	4	1	1
Consolidação entre subsectores	8 989	9 286	9 328

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas, excluindo EPR, diminuiu, em junho, 15M€ face ao mês anterior. Este comportamento deve-se ao decréscimo da dívida das Administrações Locais, em 30M€, e da Administração Central, em 15M€. Em sentido contrário, a Administração Regional aumentou a sua dívida em 30M€.

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2012 dez	2013 maio	2013 jun
Administrações Públicas	5 400	5 614	5 599
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	328	515	500
Administração Regional	2 498	2 535	2 565
Administração Local	2 574	2 564	2 534
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Em junho, os pagamentos em atraso das AP, incluindo as empresas públicas não reclassificadas e os hospitais EPE, aumentaram 28M€ face ao mês anterior. Este comportamento deveu-se principalmente ao crescimento verificado nas Outras Entidades, nomeadamente, nos Hospitais EPE (58M€), nas entidades do setor da saúde incluídos nas Administrações Públicas (6M€) e na Administração Regional (5M€). Em sentido contrário, a Administração Local diminuiu os pagamentos em atraso em 40M€.

Dívida Direta do Estado

No final de junho, a dívida direta do Estado situava-se em 206,6 mil M€, aumentando 3175M€ face ao mês anterior. A evolução mensal ficou a dever-se, essencialmente, às emissões no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, no montante de 2757M€ (dos quais 657,5M€ referentes ao FMI e 2100M€ ao FEEF), ao aumento do saldo de BT e de CEDIC, em 383,3M€ e 169,1M€, respetivamente. Este aumento foi compensado parcialmente pela recompra da OT 5,45% set2013, no valor nominal de 102,3M€ e pela emissão líquida negativa de outra dívida não transacionável em euros, em 10,9M€. O saldo de CA voltou a ter um contributo positivo, aumentando 28,6M€, enquanto o de CT diminuiu 3,6M€. As flutuações cambiais no mês contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em 54,8€.

Quadro 2.15. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31-mai-13		jun-13			30-jun-13
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transacionável	121 723	2 383	2 095	- 7	122 004	
Bilhetes do Tesouro	19 607	2 376	1 992	0	19 990	
Obrigações do Tesouro	99 043		102	1	98 942	
Não Transacionável	17 332	4 103	3 919	0	17 515	
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 119	94	69	0	11 144	
CEDIC e CEDIM	5 686	4 002	3 833	0	5 855	
Prog. de Ajustamento Económico	64 418	2 757	0	- 46	67 129	
Total	203 473	9 243	6 014	- 54	206 648	

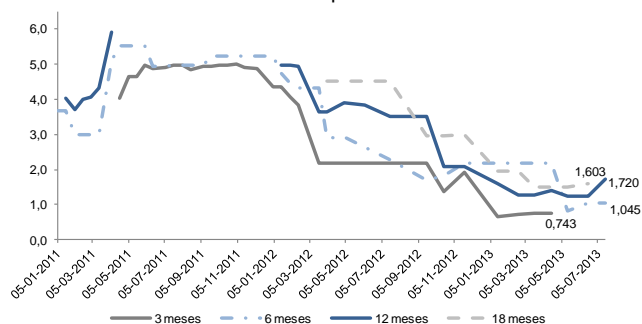
Fonte: IGCP.

Emissões de Dívida

A 17 de julho de 2013, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 300M€, a 6 meses, e 1200M€, a 12 meses. A taxa média ponderada da emissão a seis meses foi de 1,045% (1,041% na anterior de igual maturidade) e a um ano foi de 1,72% (1,232% na emissão anterior com idêntica maturidade).

O aumento das taxas de colocação dos BT nos prazos mais longos é explicada pela sinalização dada por alguns bancos centrais, nomeadamente dos EUA, China e Japão, da alteração da política monetária a médio prazo e também pela situação de alguma instabilidade política na economia portuguesa (entretanto já normalizada).

Figura 2.28. Emissões de BT
Taxa média ponderada



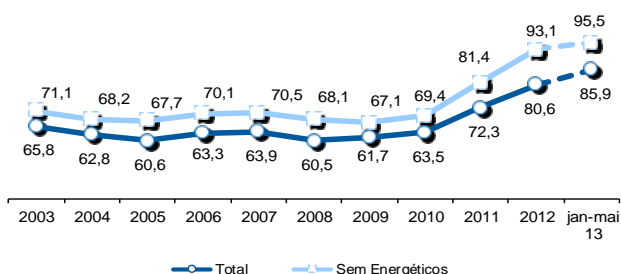
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros cinco meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 4,1% enquanto as importações decresceram 3,2% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 32,2%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 1,6% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 1% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a maio			VH	
	2012	2013	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	19 141	19 932	4,1	5,7	3,9
Importações (cif)	23 954	23 198	-3,2	-1,6	-3,4
Saldo (fob-cif)	-4 813	-3 265	-32,2	-32,1	-28,2
Cobertura (fob/cif)	79,9	85,9	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	17 514	17 796	1,6	2,0	2,5
Importações (cif)	18 818	18 637	-1,0	0,1	-3,9
Saldo (fob-cif)	-1 303	-841	-35,5	-29,7	-52,1
Cobertura (fob/cif)	93,1	95,5	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	5 344	5 823	9,0	12,2	12,0
Importações (cif)	6 759	6 782	0,3	1,9	1,1
Saldo (fob-cif)	-1 414	-959	-32,2	-42,6	-36,5
Cobertura (fob/cif)	79,1	85,9	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2013, as exportações representaram 85,9% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 6 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 95,5% das importações (+2,4 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de maio

janeiro a maio	Valores em milhões de Euros		
	2012	2013	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	19 141	19 932	4,1
Importações (cif)	23 954	23 198	-3,2
Saldo (fob-cif)	-4 813	-3 265	-32,2
Cobertura (fob/cif)	79,9	85,9	-
Intra UE			
Exportações (fob)	13 796	14 109	2,3
Importações (cif)	17 195	16 416	-4,5
Saldo (fob-cif)	-3 399	-2 306	-32,1
Cobertura (fob/cif)	80,2	85,9	-
Extra UE			
Exportações (fob)	5 344	5 823	9,0
Importações (cif)	6 759	6 782	0,3
Saldo (fob-cif)	-1 414	-959	-32,2
Cobertura (fob/cif)	79,1	85,9	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2013, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 32,1% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 2,3% e as importações a decrescer 4,5%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 32,2% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2012	2013	TVH	2012	2013	TVH
jan	4 726	4 463	-5,6	3 623	3 863	6,6
fev	4 676	4 422	-5,4	3 797	3 677	-3,1
mar	5 106	4 618	-9,6	4 149	4 002	-3,5
abr	4 415	4 827	9,3	3 530	4 122	16,8
mai	5 031	4 868	-3,2	4 043	4 268	5,6
jun	4 536			3 970		
jul	4 709			4 077		
ago	4 418			3 365		
set	4 684			3 581		
out	5 061			4 033		
nov	4 616			3 910		
dez	4 255			3 247		
1º Trim	14 507	13 502	-6,9	11 568	11 542	-0,2
2º Trim	13 983			11 543		
3º Trim	13 811			11 023		
4º Trim	13 933			11 190		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º 7/2013").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de maio de 2013 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros cinco meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 4,1%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 1,6%.

Entre janeiro e maio de 2013, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,7 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+0,9 p.p.) e dos “Químicos” (+0,6 p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,8%). Seguem-se os “Químicos” (12,5%).

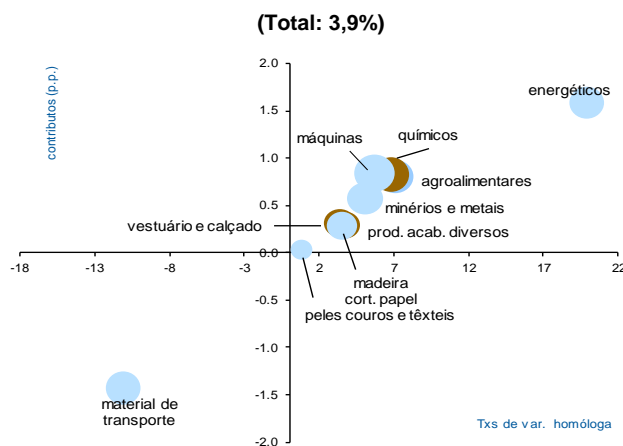
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em maio de 2013.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+3,9%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+1,6 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo das “Máquinas” (+0,9 p.p.), dos “Químicos” e dos “Agroalimentares” (ambos com +0,8 p.p.).

De referir, ainda, os contributos dos “Produtos Acabados Diversos” e “Vestuário e Calçado”, para o crescimento das exportações de mercadorias (ambos com 0,4 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em maio de 2013



Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			jan-mai		Anual		jan-mai		últimos 12 meses ^[1]	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	Intra + Extra UE									
Total das Exportações	19 141	19 932	100,0	100,0	100,0	100,0	3,9	3,9	4,1	4,1
000 Agro-Alimentares	2 026	2 202	9,6	11,5	10,6	11,0	6,9	0,8	8,7	0,9
100 Energéticos	1626	2 136	4,5	8,3	8,5	10,7	19,7	1,6	31,4	2,7
200 Químicos	2 375	2 490	10,6	12,5	12,4	12,5	6,5	0,8	4,8	0,6
300 Madeira, Cortiça e Papel	1554	1641	7,8	8,1	8,1	8,2	3,8	0,3	5,6	0,5
400 Peles, Couros e Têxteis	793	828	4,8	4,1	4,1	4,2	1,6	0,1	4,4	0,2
500 Vestuário e Calçado	1651	1710	10,5	9,2	8,6	8,6	4,0	0,4	3,6	0,3
600 Minérios e Metais	2 285	2 184	10,9	11,7	11,9	11,0	2,8	0,3	-4,4	-0,5
700 Máquinas	2 851	2 952	19,7	15,1	14,9	14,8	5,9	0,9	3,5	0,5
800 Material de Transporte	2 508	2 227	12,7	11,7	13,1	11,2	-12,1	-1,6	-11,2	-1,5
900 Produtos Acabados Diversos	1472	1562	9,0	7,7	7,7	7,8	4,9	0,4	6,1	0,5
Por memória:										
Total sem energéticos	17 514	17 796	95,5	91,7	91,5	89,3	2,5	2,3	1,6	1,5

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2013.

[2] $(\text{jun } 12\text{-mai } 13) / (\text{jun } 11\text{-mai } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) - 100$.

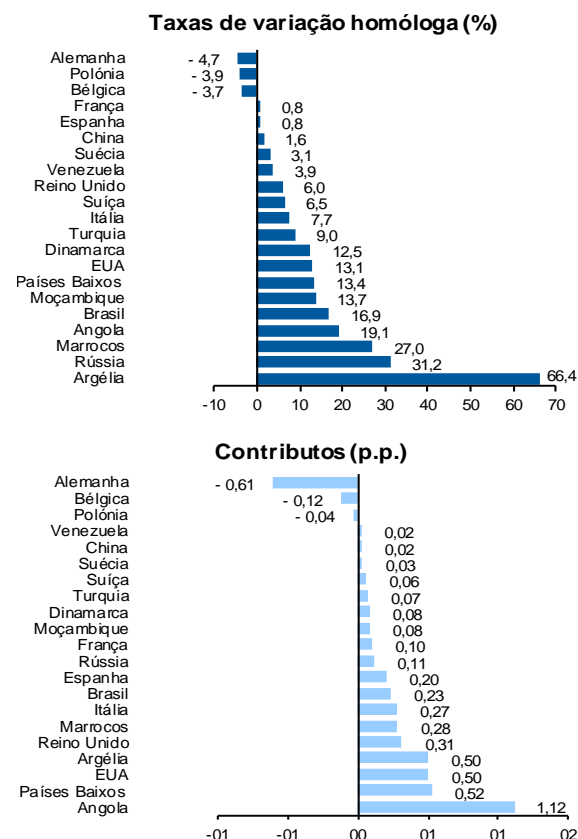
Nos primeiros cinco meses de 2013, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 2,3%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 2,4% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento decresceram 0,7%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 9,0% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+2,5 p.p.).

As exportações de mercadorias para Espanha (+1,7 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para os Países Baixos e o Reino Unido (ambos com +0,3 p.p.).

No último ano a terminar em maio de 2013, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 0,9%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 1,0%. As exportações para os Países Baixos (+0,5 p.p.), o Reino Unido e Itália (ambos com +0,3 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a Argélia (+66,4%), Marrocos (+27,0%) e Angola (+19,1%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em maio de 2013



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mai		anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	19 141	19 932	100,0	100,0	100,0	100,0	3,9	3,9	4,1	4,1
Intra UE-27	13 796	14 109	77,1	71,0	72,1	70,8	0,9	0,6	2,3	1,6
dos quais:										
UE-15	13 157	13 474	74,7	67,9	68,7	67,6	1,0	0,7	2,4	1,7
Espanha	4 357	4 679	28,7	22,5	22,8	23,5	0,8	0,2	7,4	1,7
Alemanha	2 441	2 385	12,9	12,3	12,8	12,0	-4,7	-0,6	-2,3	-0,3
França	2 354	2 344	12,6	11,9	12,3	11,8	0,8	0,1	-0,4	-0,1
R.Unido	996	1 047	6,0	5,3	5,2	5,3	6,0	0,3	5,1	0,3
P.Baixos	750	812	3,5	4,2	3,9	4,1	13,4	0,5	8,2	0,3
Itália	700	717	4,1	3,7	3,7	3,6	7,7	0,3	2,4	0,1
Bélgica	630	619	2,6	3,1	3,3	3,1	-3,7	-0,1	-1,7	-0,1
Suécia	201	187	1,3	1,0	1,0	0,9	3,1	0,0	-7,1	-0,1
Dinamarca	120	131	0,7	0,7	0,6	0,7	12,5	0,1	9,6	0,1
Alargamento	640	635	2,4	3,2	3,3	3,2	-0,7	0,0	-0,7	0,0
Polónia	175	182	0,7	0,9	0,9	0,9	-3,9	0,0	4,0	0,0
Extra UE-27	5 344	5 823	22,9	29,0	27,9	29,2	12,0	3,3	9,0	2,5
dos quais:										
Angola	1 067	1 182	4,4	6,6	5,6	5,9	19,1	1,1	10,7	0,6
EUA	797	849	4,7	4,1	4,2	4,3	13,1	0,5	6,5	0,3
China	384	268	0,5	1,7	2,0	1,3	1,6	0,0	-30,1	-0,6
Brasil	241	277	0,7	1,5	1,3	1,4	16,9	0,2	14,6	0,2
Marrocos	224	349	0,5	1,0	1,2	1,8	27,0	0,3	56,1	0,7
Argélia	147	274	0,2	0,9	0,8	1,4	66,4	0,5	85,9	0,7
Suíça	171	183	0,7	0,9	0,9	0,9	6,5	0,1	6,8	0,1
Turquia	167	180	0,6	0,8	0,9	0,9	9,0	0,1	7,7	0,1
Venezuela	133	74	0,0	0,7	0,7	0,4	3,9	0,0	-44,6	-0,3
Moçambique	118	130	0,2	0,6	0,6	0,7	13,7	0,1	9,5	0,1
Por memória:										
Gibraltar	128	165	0,0	0,7	0,7	0,8	13,7	0,1	28,4	0,2
PALOP	1331	1448	5,4	8,0	7,0	7,3	15,5	1,1	8,8	0,6
EFTA	222	236	1,0	1,1	1,2	1,2	6,7	0,1	6,1	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2013.

[2] $(\text{jun } 12\text{-mai } 13) / (\text{jun } 11\text{-mai } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período do homólogo anterior}) - 100$.

Importações de Mercadorias

De janeiro a maio de 2013, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 3,2% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Energéticos” (-2,4 p.p.), “Máquinas” (-1,0 p.p.) e “Químicos” (-0,5 p.p.) para a redução das importações nos primeiros cinco meses de 2013.

O comportamento das importações de produtos “Agroalimentares”, com um contributo positivo de 0,8 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (70,8%).

Nos primeiros cinco meses de 2013, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, 4,5%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 registaram igual decréscimo. As importações provenientes dos países do Alargamento decresceram 4,7%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 0,3%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (5,9% do total). Seguem-se a China (2,4%) e a Rússia (1,8%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mai		Anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	23 954	23 198	100,0	100,0	100,0	100,0	-3,4	-3,4	-3,2	-3,2
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	3 522	3 717	12,6	15,6	14,7	16,0	2,9	0,4	5,5	0,8
100-Energéticos	5 136	4 561	13,4	20,6	21,4	19,7	-1,0	-0,2	-11,2	-2,4
200-Químicos	4 000	3 873	13,4	16,6	16,7	16,7	-1,2	-0,2	-3,2	-0,5
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	1 005	1 053	4,7	4,3	4,2	4,5	-4,4	-0,2	4,7	0,2
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1 536	1 548	6,7	6,4	6,4	6,7	-4,8	-0,3	0,8	0,1
500-Minérios e Metais	2 029	2 015	10,3	8,2	8,5	8,7	-6,0	-0,5	-0,7	-0,1
600-Máquinas [4]	3 497	3 269	20,2	14,7	14,6	14,1	-7,7	-1,2	-6,5	-1,0
700-Material de Transporte [5]	2 044	2 015	13,0	8,4	8,5	8,7	-10,1	-0,9	-1,4	-0,1
800-Prod. Acabados Diversos	1 185	1 146	5,7	5,1	4,9	4,9	-6,0	-0,3	-3,3	-0,2
Total sem energéticos	18 818	18 637	86,6	79,4	78,6	80,3	-3,9	-3,2	-1,0	-0,8
Mercados de origem										
Intra UE-27	17 195	16 416	76,6	71,8	71,8	70,8	-5,0	-3,7	-4,5	-3,3
dos quais:										
UE-15	16 576	15 825	74,8	69,2	69,2	68,2	-5,3	-3,7	-4,5	-3,1
Espanha	7 618	7 260	31,1	31,9	31,8	31,3	-5,5	-1,8	-4,7	-1,5
Alemanha	2 795	2 662	14,0	11,5	11,7	11,5	-7,3	-0,9	-4,7	-0,6
França	1 552	1 558	8,7	6,6	6,5	6,7	-1,6	-0,1	0,4	0,0
Itália	1 248	1 189	5,5	5,3	5,2	5,1	-4,8	-0,3	-4,8	-0,2
Países Baixos	1 143	1 101	4,7	4,9	4,8	4,7	0,6	0,0	-3,7	-0,2
Reino Unido	758	661	3,7	3,0	3,2	2,8	-15,2	-0,5	-12,8	-0,4
Bélgica	601	570	2,9	2,5	2,5	2,5	-4,1	-0,1	-5,1	-0,1
Suécia	266	245	1,1	1,0	1,1	1,1	-7,8	-0,1	-7,9	-0,1
Irlanda	212	220	0,8	1,0	0,9	1,0	-0,2	0,0	3,8	0,0
Alargamento	619	590	1,8	2,7	2,6	2,5	3,0	0,1	-4,7	-0,1
dos quais:										
Extra UE-27	6 759	6 782	23,4	28,2	28,2	29,2	1,1	0,3	0,3	0,1
Angola	760	1 361	0,6	3,2	3,2	5,9	44,1	1,3	79,1	2,5
China	565	566	1,8	2,4	2,4	2,4	-6,8	-0,2	0,1	0,0
Brasil	602	298	2,3	2,4	2,5	1,3	-26,1	-0,7	-50,4	-1,3
EUA	404	358	1,6	1,7	1,7	1,5	-12,3	-0,2	-11,5	-0,2
Nigéria	330	311	1,7	1,6	1,4	1,3	-17,8	-0,3	-5,5	-0,1
Arábia Saudita	421	268	0,7	1,6	1,8	1,2	-26,7	-0,5	-36,5	-0,6
Argélia	308	199	1,0	1,4	1,3	0,9	6,9	0,1	-35,2	-0,5
Cazaquistão	380	241	0,5	1,4	1,6	1,0	-30,6	-0,5	-36,6	-0,6
Azerbaijão	288	55	0,1	0,9	1,2	0,2	-49,6	-0,5	-80,9	-1,0
Guiné Equatorial	261	73	0,7	0,8	1,1	0,3	-19,2	-0,1	-71,9	-0,8
Rússia	226	417	0,9	0,8	0,9	1,8	46,0	0,4	84,8	0,8
Líbia	121	54	1,3	0,7	0,5	0,2	175,1	0,4	-55,0	-0,3
Camarões	76	245	0,0	0,7	0,3	1,1	255,9	0,7	221,0	0,7
OPEP^[6]	2 052	2 470	6,3	9,4	8,6	10,6	20,0	1,7	20,4	1,7
EFTA	237	180	1,9	0,9	1,0	0,8	-25,1	-0,3	-24,0	-0,2
PALOP	769	1 388	0,7	3,2	3,2	6,0	42,3	1,3	80,5	2,6

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2013.

[2] (jun 12-mai 13)/(jun 11-mai 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

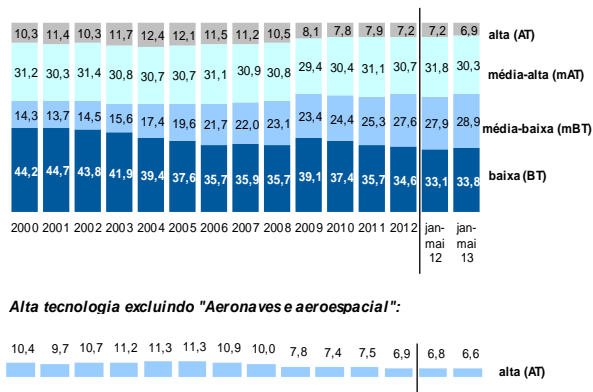
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros cinco meses de 2013, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 4,0%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (59,2%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (+7,8%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

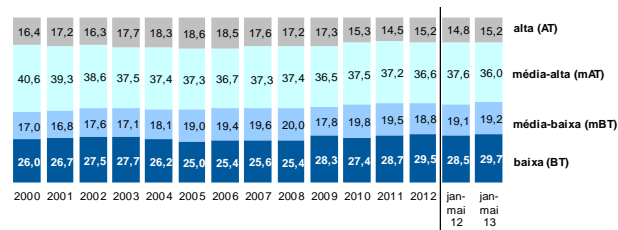
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de média-baixa e baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o crescimento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+2,2 p.p. e +2,1 p.p., respetivamente).

As exportações dos produtos de alta intensidade tecnológica contribuíram positivamente (+0,1 p.p.) para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 2,6%, sendo os produtos de média alta tecnologia os que mais contribuíram para esta redução (-2,6 p.p.).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2012	janeiro a maio		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2012	2013	média 2007-12	2012-11	jan-mai 2013-12	2011	2012	jan-mai		2012	jan-mai 2013		
									2012	2013				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	42 836 769	18 092 061	18 824 187	3,4	6,3	4,0	100,0	100,0	100,0	100,0	6,3	4,0		
Alta tecnologia	3 072 744	1 297 142	1 308 175	-5,5	-3,3	0,9	7,9	7,2	7,2	6,9	-0,3	0,1		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 933 695	1 231 349	1 239 193	-5,7	-2,3	0,6	7,5	6,9	6,8	6,6	-0,2	0,0		
Média-alta tecnologia	13 443 520	5 753 528	5 709 241	3,2	4,7	-0,8	31,1	30,7	31,8	30,3	1,5	-0,2		
Média-baixa tecnologia	11 807 175	5 044 365	5 436 406	8,1	15,7	7,8	25,3	27,6	27,9	28,9	4,0	2,2		
Baixa tecnologia	14 813 331	5 997 026	6 370 365	2,6	3,1	6,2	35,7	34,6	33,1	33,8	1,1	2,1		
Por memória:														
Total das Exportações	45 323 953	19 140 524	19 932 363	3,4	5,8	4,1	100,0	100,0	100,0	100,0	5,8	4,1		
Residual ^[3]	2 487 184	1 048 463	1 108 176	4,3	-1,3	5,7	5,9	5,5	5,5	5,6	-0,1	0,3		
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	42 822 677	18 140 879	17 662 248	-3,2	-9,5	-2,6	100,0	100,0	100,0	100,0	-9,5	-2,6		
Alta tecnologia	6 513 672	2 689 889	2 679 884	-5,9	-5,2	-0,4	14,5	15,2	14,8	15,2	-0,8	-0,1		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 178 692	2 621 834	2 468 505	-5,4	-6,4	-5,8	14,0	14,5	14,5	14,1	-0,9	-0,8		
Média-alta tecnologia	15 664 570	6 816 112	6 353 263	-3,5	-11,1	-6,8	37,2	36,6	37,6	36,0	-4,1	-2,6		
Média-baixa tecnologia	8 033 089	3 468 461	3 387 149	-4,0	-12,9	-2,3	19,5	18,8	19,1	19,2	-2,5	-0,4		
Baixa tecnologia	12 611 347	5 166 418	5 241 951	-0,4	-7,2	1,5	28,7	29,5	28,5	29,7	-2,1	0,4		
Por memória:														
Total das Importações	56 234 325	23 953 930	23 197 814	-1,3	-5,1	-3,2	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,1	-3,2		
Residual ^[3]	13 411 648	5 813 051	5 535 567	6,8	12,4	-4,8	20,1	23,8	24,3	23,9	2,5	-1,2		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica, de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

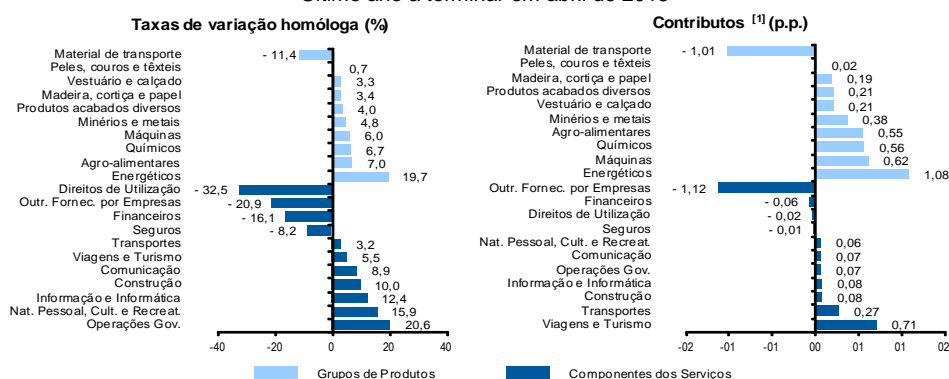
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de abril de 2013, nos primeiros quatro meses de 2013, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,1%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (3,0 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros quatro meses de 2013, a componente dos Serviços representou 26,4% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (1,1 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 16,2% no total (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em abril de 2013, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,08 p.p.) e das “Máquinas” (+0,62 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,71 p.p.) e Transportes (+0,27 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em abril de 2013



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (2,9%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-abr		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2012	2013	Anual		jan-abr		média anual	12 meses ^[1]		jan-abr	
		2007	2012	2012	2013	07-12	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]	
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	20 609	21 459	100,0	100,0	100,0	100,0	3,1	2,9	2,9	4,1	4,1
Bens	15 172	15 786	69,4	70,4	73,6	73,6	3,4	4,0	2,8	4,0	3,0
Serviços	5 437	5 673	30,6	29,6	26,4	26,4	2,4	0,4	0,1	4,3	1,1
Transportes	1714	1795	7,7	8,3	8,3	8,4	4,7	3,2	0,3	4,7	0,4
Viagens e Turismo	2 033	2 139	13,3	13,3	9,9	10,0	3,1	5,5	0,7	5,2	0,5
Comunicação	160	170	1,0	0,8	0,8	0,8	-1,4	8,9	0,1	6,4	0,0
Construção	145	170	1,1	0,9	0,7	0,8	-1,4	10,0	0,1	16,6	0,1
Seguros	38	32	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	-8,2	0,0	-14,5	0,0
Financeiros	90	72	0,4	0,4	0,4	0,3	-0,4	-6,1	-0,1	-20,2	-0,1
Informação e Informática	157	161	0,4	0,7	0,8	0,7	15,0	12,4	0,1	2,6	0,0
Direitos de Utilização	15	11	0,1	0,1	0,1	0,1	-10,2	-32,5	0,0	-28,4	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	917	948	5,6	4,1	4,5	4,4	-3,3	-20,9	-1,1	3,3	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	86	90	0,3	0,4	0,4	0,4	7,9	15,9	0,1	4,3	0,0
Operações Governamentais	81	85	0,3	0,4	0,4	0,4	8,6	20,6	0,1	4,8	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	21 678	21 027	100,0	100,0	100,0	100,0	-1,1	-5,2	-5,2	-3,0	-3,0
Bens	18 255	17 612	84,7	83,9	84,2	83,8	-1,3	-4,6	-3,8	-3,5	-3,0
Serviços	3 424	3 415	15,3	16,1	15,8	16,2	0,0	-7,9	-1,3	-0,3	0,0
Transportes	1057	1057	4,9	5,0	4,9	5,0	-0,3	-3,6	-0,2	0,0	0,0
Viagens e Turismo	949	991	4,2	4,6	4,4	4,7	0,5	1,0	0,0	4,4	0,2
Comunicação	149	154	0,7	0,6	0,7	0,7	-3,6	-0,4	0,0	3,4	0,0
Construção	34	35	0,2	0,2	0,2	0,2	-3,7	-10,1	0,0	0,6	0,0
Seguros	78	84	0,3	0,4	0,4	0,4	5,4	11,8	0,0	7,6	0,0
Financeiros	135	81	0,3	0,7	0,6	0,4	16,0	-34,1	-0,3	-40,2	-0,3
Informação e Informática	128	146	0,4	0,6	0,6	0,7	4,7	-13,0	-0,1	14,4	0,1
Direitos de Utilização	122	114	0,5	0,5	0,5	0,5	1,4	-11,6	-0,1	-6,5	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	580	582	3,0	2,6	2,7	2,5	-3,6	-23,5	-0,8	0,5	0,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	164	142	0,5	0,8	0,8	0,7	6,0	-2,5	0,0	-13,1	-0,1
Operações Governamentais	28	28	0,3	0,2	0,1	0,1	-13,1	16,4	0,0	2,3	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até abril de 2013.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>9 de julho de 2013</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 9 de julho de 2013 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa da Presidência Lituana: O Conselho tomou conhecimento do programa da Presidência Lituana para o segundo semestre de 2013 na área dos assuntos económicos e financeiros. O programa centra-se (i) na implementação das reformas da governação económica da UE e na implementação das recomendações específicas para cada estado-membro, no âmbito do Semestre Europeu, (ii) na área dos serviços financeiros, onde será dada prioridade aos trabalhos relacionados como a União Bancária, em particular ao Mecanismo Único de Resolução, cuja proposta foi adotada pela Comissão no dia 10 de julho (ver detalhe em baixo), (iii) no desenvolvimento de trabalhos em diversas áreas da fiscalidade, destacando-se o enfoque na luta contra a fraude e a evasão fiscal, designadamente no que se refere à tributação da poupança e à cooperação administrativa para a troca automática de informação. ▪ Seguimento do Conselho Europeu de junho: O Conselho debateu os trabalhos a realizar, dando seguimento às decisões do Conselho Europeu de 27 e 28 de junho, nomeadamente no que se refere aos instrumentos propostos pela Comissão e pelo Banco Europeu de Investimento para apoiar o acesso a financiamento por parte das PME's, essencialmente através de instrumentos de partilha de risco entre a Comissão Europeia e o Banco, de forma a alavancar as possibilidades de financiamento do sector privado e dos mercados de capitais nas PME's. Foram ainda abordados os desenvolvimentos futuros relativos ao reforço da UEM. ▪ Adoção do euro pela Letónia: O Conselho adotou as propostas legislativas que permitirão à Letónia adotar o euro como a sua moeda nacional a partir de 1 de janeiro de 2014. De entre estes documentos, destaca-se o regulamento que fixa a taxa de conversão irrevogável do Lats da Letónia para o euro, a qual irá fixar-se em 0.702804 Lats por euro. ▪ Governança Económica – Two-Pack: No âmbito da implementação do pacote legislativo de dois regulamentos (<i>Two-Pack</i>), o Conselho aprovou um Código de Conduta relativo à monitorização e avaliação reforçada dos planos orçamentais para os países da área do euro e uma comunicação da Comissão para um enquadramento harmonizado para reporte dos planos orçamentais e de emissão de dívida pública. O Conselho decidiu ainda não levantar objeções à decisão por ato delegado da Comissão relativa ao conteúdo e âmbito das obrigações de reporte dos estados-membros sujeitos a procedimentos por défices excessivos. <p>O Conselho adotou, ainda, sem debate, as recomendações específicas para cada estado-membro da UE, com exceção dos estados-membros sob programa de ajustamento económico, e para a área do euro no seu conjunto. Recorda-se que com a implementação do <i>Two-Pack</i>, os estados-membros sob programa não estão sujeitos a este procedimento.</p> <p>Mecanismo Único de Resolução</p> <p>A Comissão Europeia apresentou, no dia 10 de junho, uma proposta para um Mecanismo Único de Resolução no contexto da União Bancária. Este mecanismo complementarará o Mecanismo Único de Supervisão, que estará operacional</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>no final 2014 e no âmbito do qual o Banco Central Europeu será responsável pela supervisão dos bancos da área do euro, bem como dos bancos de outros estados-membros que decidam aderir à União Bancária. O Mecanismo Único de Resolução irá garantir que a resolução de um banco sujeito ao Mecanismo Único de Supervisão poderá ser efetuada de forma eficaz, com custos mínimos para os contribuintes e para a economia real. Esta proposta constitui um elemento essencial do projeto de União Bancária, contribuindo para um tratamento equitativo dos bancos da área do euro e, assim, para a diminuição da fragmentação dos mercados financeiros.</p>
<p>Apoios ao emprego e qualificação de pessoas com deficiência e incapacidades</p>	<p>Aprovou uma alteração ao regime jurídico de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e de apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades, alargando a entidades de natureza pública que não façam parte da Administração direta do Estado, alguns dos apoios já existentes para entidades de direito privado.</p>
<p>Conselho de Ministros de 25 de julho</p>	<p>No mesmo sentido é alterado o regime de concessão de apoio técnico e financeiro aos centros de reabilitação profissional de gestão participada, às entidades de reabilitação, bem como a credenciação de centros de recursos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e a criação do Fórum para a Integração Profissional.</p> <p>É, assim, aberto o acesso das entidades promotoras de direito público aos apoios financeiros previstos para os centros de emprego protegido e aos contratos de emprego apoiado em entidades empregadoras, tendo em consideração a importância que estes postos de trabalho representam, em particular a nível local, para as pessoas com deficiência e incapacidade e com capacidade de trabalho reduzida.</p>
<p>Privatização dos CTT Correios de Portugal</p>	<p>Aprovou o processo de privatização dos CTT Correios de Portugal, S.A., a realizar-se mediante a alienação das ações representativas de até 100% do respetivo capital social.</p>
<p>Conselho de Ministros de 25 de julho</p>	<p>O diploma prevê a alienação do capital social dos CTT através de venda direta de referência, tendo em vista o desenvolvimento estratégico da empresa, bem como através de oferta pública de venda, podendo esta ser combinada com uma venda direta a uma ou mais instituições financeiras que fiquem obrigadas a proceder à subsequente dispersão junto de investidores nacionais ou estrangeiros.</p>
<p>Avaliação de impacto ambiental</p>	<p>Aprovou o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, melhorando a transposição da diretiva comunitária relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.</p>
<p>Conselho de Ministros de 18 de julho</p>	<p>São clarificadas as competências das diferentes entidades intervenientes no âmbito do regime jurídico de AIA. Simultaneamente é efetuada uma revisão e clarificação das diversas etapas e procedimentos, com redução global dos prazos previstos em alinhamento com o Sistema de Indústria Responsável (SIR), maior desmaterialização do processo, bem como a atualização de conceitos. É também feita a atualização do regime contraordenacional e sancionatório.</p>
<p>Emissões industriais poluentes - Licenciamento</p>	<p>Aprovou o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo uma diretiva comunitária relativa às emissões industriais, em particular sobre prevenção e controlo integrados da poluição.</p>

Iniciativa	Sumário
Conselho de Ministros de 18 de julho	<p>Este diploma visa promover o ambiente favorável ao investimento e ao desenvolvimento sustentável baseando-se num modelo com procedimentos mais céleres e transparentes, facilitando o licenciamento ou autorização no domínio do ambiente e promovendo uma maior responsabilização dos operadores.</p> <p>O presente diploma consolida num único documento cinco regimes, que se encontravam até aqui em legislação dispersa, facilitando a harmonização, a articulação e a adoção de condições técnicas uniformizadas. É instituída a emissão de uma única licença que incorpora as condições de exploração das instalações nos vários domínios ambientais.</p>
Empresas da construção – prazos de execução de obras	Decidiu alargar o âmbito de aplicação do regime excecional de extensão de prazos previstos para a execução de obras, a caducidade de licença ou admissão de comunicação prévia e a apresentação de requerimento do respetivo alvará de licenciamento ou de autorização de utilização.
Conselho de Ministros de 11 de julho	Deste modo foi aprovada a aplicação às operações urbanísticas de um mecanismo de extensão dos prazos, adequando os prazos legais de concretização destas obras às reais possibilidades de intervenção dos promotores, de forma a promover a respetiva concretização. Por esta via, potencia-se a manutenção das empresas do setor de construção e do imobiliário.

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Reparação da corveta António Enes pelo Arsenal do Alfeite</i></p> <p>Portaria n.º 428/2013. D.R. n.º 123 SÉRIE II de 2013-06-28</p>	Extensão de encargos - Docagem e revisão do NPR "António Enes".
<p><i>Estampilha especial para tabacos manufacturados para 2014</i></p> <p>Despacho n.º 8487-A/2013. D.R. n.º 123 SÉRIE II de 2013-06-28</p>	Fixação da cor e preço unitário da estampilha especial para tabacos manufacturados, referente ao ano económico de 2014.
<p><i>Serviço de Interrutibilidade – fornecimento de eletricidade</i></p> <p>Portaria n.º 215-A/2013. D.R. n.º 124, Suplemento, Série I de 2013-07-01</p>	Sétima alteração à Portaria n.º 592/2010, de 29 de julho que estabelece as condições aplicáveis ao serviço de Interrutibilidade, a prestar por um consumidor de eletricidade ao operador da rede de transporte, bem como o regime retributivo do referido serviço e as penalizações associadas a eventuais incumprimentos, no sentido de harmonizar as condições de Interrutibilidade no mercado ibérico.
<p><i>Ratifica a Convenção com a República de Chipre para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento</i></p> <p>Decreto do Presidente da República n.º 72/2013. D.R. n.º 124 SÉRIE I de 2013-07-01</p>	Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Chipre para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bruxelas em 19 de novembro de 2012.
<p>Extensão de encargos - aeronaves Alpha-Jet</p> <p>Portaria n.º 430/2013. D.R. n.º 124 SÉRIE II de 2013-07-01</p>	Extensão de encargos - aeronaves Alpha-Jet
<p><i>Aprova o modelo de fichas de avaliação e autoavaliação no âmbito do SIADAP 3 dos trabalhadores da carreira especial médica</i></p> <p>Despacho n.º 8490/2013. D.R. n.º 124 SÉRIE II de 2013-07-01</p>	Aprova os modelos das fichas de avaliação, de autoavaliação, de reformulação de objetivos e respetivos indicadores e de monitorização, relativos à aplicação do subsistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública (SIADAP 3), aos trabalhadores integrados na carreira especial médica.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Exoneração do Ministro de Estado e das Finanças</i></p> <p>Decreto do Presidente da República n.º 76-A/2013. D.R. n.º 125 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2013-07-02</p>	<p>Exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, o Prof. Doutor Vítor Louçã Rabaça Gaspar do cargo de Ministro de Estado e das Finanças.</p>
<p><i>Nomeação da Ministra de Estado e das Finanças</i></p> <p>Decreto do Presidente da República n.º 76-B/2013. D.R. n.º 125 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2013-07-02</p>	<p>Nomeia sob proposta do Primeiro-Ministro, a Mestre Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque para o cargo de Ministra de Estado e das Finanças.</p>
<p><i>Nomeação dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento, do Tesouro, das Finanças, dos Assuntos Fiscais e da Administração Pública</i></p> <p>Decreto do Presidente da República n.º 76-C/2013. D.R. n.º 125 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2013-07-02</p>	<p>Nomeia sob proposta do Primeiro-Ministro, o Mestre Hélder Manuel Gomes dos Reis para o cargo de Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento; o Dr. Joaquim Pais Jorge para o cargo de Secretário de Estado do Tesouro; o Doutor Manuel Luís Rodrigues para o cargo de Secretário de Estado das Finanças; o Dr. Paulo de Faria Lince Nuncio para o cargo de Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e o Dr. Hélder Manuel Sebastião Rosalino para o cargo de Secretário de Estado da Administração Pública.</p>
<p><i>Emigração de mão-de-obra qualificada</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 91/2013. D.R. n.º 125, Série I de 2013-07-02</p>	<p>Recomenda a criação de condições para que os portugueses com uma formação académica ou profissional especializada não tenham de emigrar e para que aqueles que abandonaram Portugal possam regressar Portaria n.º 216/2013. D.R. n.º 125, Série I de 2013-07-02.</p>
<p><i>Aumento para 90% do peso de dívida portuguesa na carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social</i></p> <p>Portaria n.º 216-A/2013. D.R. n.º 125 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2013-07-02</p>	<p>Autoriza o Conselho Diretivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P., a proceder à substituição dos ativos em outros Estados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico por dívida pública portuguesa até ao limite de 90% da carteira de ativos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social</p>
<p><i>Lei das Comunicações Eletrónicas</i></p> <p>Lei n.º 42/2013. D.R. n.º 126, Série I de 2013-07-03</p>	<p>Procede à oitava alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), alterando as regras do barramento seletivo de comunicações relativo a serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagem e serviço de audiotexto.</p>
<p><i>Pagamento de contratos de crédito à habitação</i></p> <p>Lei n.º 44/2013. D.R. n.º 126, Série I de 2013-07-03</p>	<p>Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de julho, permitindo o reembolso do valor de planos poupança para pagamento de contratos de crédito à habitação.</p>
<p><i>Acordo Coletivo de trabalho entre o Município de Albufeira e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e de Entidades com Fins Públicos</i></p> <p>Aviso n.º 8495/2013. D.R. n.º 126 SÉRIE II de 2013-07-03</p>	<p>Acordo coletivo de entidade empregadora pública celebrado com o Município de Albufeira.</p>
<p><i>Fundo de Compensação do Trabalho e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho</i></p> <p>Portaria n.º 435-A/2013. D.R. n.º 127, 3.º Suplemento, Série II de 2013-07-04</p>	<p>Portaria de extensão de encargos referentes à implementação do Fundo de Compensação do Trabalho e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho.</p>
<p><i>Reconhecimento da atividade desenvolvida pela Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica para efeitos do Estatuto do Mecenato Científico</i></p> <p>Despacho n.º 8993/2013. D.R. n.º 131 SÉRIE II de 2013-07-10</p>	<p>Reconhece que a atividade desenvolvida pelo Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica é de natureza científica.</p>
<p><i>Desemprego jovem</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 95/2013. D.R. n.º 129, Série I de 2013-07-08</p>	<p>Recomenda ao Governo a tomada das seguintes medidas, com vista a combater o desemprego juvenil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reclamação de um fundo europeu para implementação de programas de emergência nacionais de combate ao desemprego

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	<p>jovem, que privilegie, nos montantes de apoio e incentivo atribuídos, os Estados membros da União Europeia com taxa de desemprego juvenil acima da média europeia.</p> <p>- Definição de uma rubrica de financiamento às micro, pequenas e médias empresas, para investimento no emprego de jovens.</p> <p>- Aumento dos níveis de educação e de formação dos jovens com vista à garantia de maior empregabilidade e produtividade.</p>
<p><i>Programa de redução de efetivos na AP</i> Portaria n.º 221-A/2013. D.R. n.º 129, Suplemento, Série I de 2013-07-08</p>	<p>Regulamenta o programa de redução de efetivos a realizar no âmbito dos órgãos e serviços da administração central em 2013</p>
<p><i>Reconhecimento da atividade desenvolvida pela Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa para efeitos do Estatuto do Mecenato Científico</i> Despacho n.º 8836/2013. D.R. n.º 129 SÉRIE II de 2013-07-08</p>	<p>Despacho conjunto que reconhece que a atividade desenvolvida pela Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa é de natureza científica, para efeitos do Estatuto do Mecenato Científico.</p>
<p><i>Reconhecimento da atividade desenvolvida pelo Instituto de Medicina Molecular (IMM) para efeitos do Estatuto do Mecenato Científico</i> Despacho n.º 8837/2013. D.R. n.º 129 SÉRIE II de 2013-07-08</p>	<p>Despacho conjunto que reconhece que a atividade desenvolvida pelo Instituto de Medicina Molecular (IMM) é de natureza científica, para efeitos do Estatuto do Mecenato Científico.</p>
<p><i>Programa de redução de efetivos na Administração Central para 2013</i> Portaria n.º 221-A/2013. D.R. n.º 129 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2013-07-08</p>	<p>Regulamenta o programa de redução de efetivos a realizar no âmbito dos órgãos e serviços da administração central em 2013.</p>
<p><i>Listagem trabalhadores aposentados e reformados</i> Aviso n.º 8667/2013. D.R. n.º 130 SÉRIE II de 2013-07-09</p>	<p>Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de agosto de 2013.</p>
<p><i>Reconhecimento da atividade desenvolvida pela APOROS para efeitos do Estatuto do Mecenato Científico</i> Despacho n.º 8928/2013. D.R. n.º 130 SÉRIE II de 2013-07-09</p>	<p>Reconhece que a atividade desenvolvida pela APOROS - Associação Nacional Contra a Osteoporose é de natureza científica.</p>
<p><i>Reconhecimento da atividade desenvolvida pela Associação Exploratório Infante D. Henrique para efeitos do Estatuto do Mecenato Científico</i> Despacho n.º 8929/2013. D.R. n.º 130 SÉRIE II de 2013-07-09</p>	<p>Reconhece que a atividade desenvolvida pela Associação Exploratório Infante D. Henrique é de natureza científica</p>
<p><i>Infraestruturas de comunicações eletrónicas</i> Lei n.º 47/2013. D.R. n.º 131, Série I de 2013-07-10</p>	<p>Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas.</p>
<p><i>Ratifica o Protocolo com a República de Singapura para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento</i> Decreto do Presidente da República n.º 78/2013. D.R. n.º 132 SÉRIE I de 2013-07-11</p>	<p>Ratifica o Protocolo Que Altera a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Singapura para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Singapura em 28 de maio de 2012.</p>
<p><i>Ratifica o Protocolo com a República de Singapura para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento</i> Decreto do Presidente da República n.º 78/2013. D.R. n.º 132 SÉRIE I de 2013-07-11</p>	<p>Ratifica o Protocolo Que Altera a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Singapura para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Singapura em 28 de maio de 2012.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB)</i></p> <p>Aviso n.º 8800/2013. D.R. n.º 133 SÉRIE I de 2013-07-12</p>	<p>Taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB) a vigorar entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2013.</p>
<p><i>Conta Geral do Estado de 2011</i></p> <p><i>Resolução da Assembleia da República n.º 103/2013. D.R. n.º 133 SÉRIE I de 2013-07-12</i></p>	<p>Conta Geral do Estado de 2011.</p>
<p><i>Aprova os regulamentos e modelos de pedido de emissão da declaração do rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar do arrendatário</i></p> <p><i>Portaria n.º 226/2013. D.R. n.º 133 SÉRIE I de 2013-07-12</i></p>	<p>Aprova os modelos de pedido de emissão da declaração e de declaração relativos ao rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar do arrendatário, estabelecendo ainda os procedimentos de entrega do pedido e de emissão da declaração.</p>
<p><i>Altera os limites de emissão de OT e BT</i></p> <p>Despacho n.º 9124/2013. D.R. n.º 133 SÉRIE II de 2013-07-12</p>	<p>Altera os limites de emissão de obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro.</p>
<p><i>Despacho - Criação de Grupo de Trabalho GAFI</i></p> <p>Despacho n.º 9125/2013. D.R. n.º 133 SÉRIE II de 2013-07-12</p>	<p>Despacho - Criação de Grupo de Trabalho GAFI.</p>
<p><i>Arrendamento urbano</i></p> <p>Portaria n.º 226/2013. D.R. n.º 133, Série I de 2013-07-12</p>	<p>Aprova os modelos de pedido de emissão da declaração e de declaração relativos ao rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar do arrendatário, estabelecendo ainda os procedimentos de entrega do pedido e de emissão da declaração.</p>
<p><i>Perfis de consumo de gás natural</i></p> <p>Diretiva n.º 12/2013. D.R. n.º 133, Série II de 2013-07-12</p>	<p>Perfis de consumo de gás natural e consumos médios diários aprovados pela ERSE para vigorarem no ano gás 2013-2014.</p>
<p><i>Programa Formação-Algarve</i></p> <p>Portaria n.º 227/2013. D.R. n.º 133, Série I de 2013-07-12</p>	<p>Primeira alteração à Portaria n.º 297/2012, de 28 de setembro que cria o Programa Formação-Algarve.</p>
<p><i>Mobilidade Elétrica</i></p> <p>Despacho n.º 9220/2013. D.R. n.º 134, Série II de 2013-07-15</p>	<p>Revisão do Programa para a Mobilidade Elétrica.</p>
<p><i>Revisão da Lei de Enquadramento Orçamental</i></p> <p>Despacho n.º 9188/2013. D.R. n.º 134 SÉRIE II de 2013-07-15</p>	<p>Nomeação do Grupo Técnico de Revisão da Lei de Enquadramento Orçamental.</p>
<p><i>Mercado financeiro</i></p> <p>Lei n.º 48/2013. D.R. n.º 135, Série I de 2013-07-16</p>	<p>Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.</p>
<p><i>Crédito fiscal ao investimento</i></p> <p>Lei n.º 49/2013. D.R. n.º 135, Série I de 2013-07-16</p>	<p>Aprova o crédito fiscal extraordinário ao investimento.</p>
<p><i>Conta-corrente entre o Estado e as empresas</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 104/2013. D.R. n.º 137, Série I de 2013-07-18</p>	<p>Recomenda ao Governo a criação de uma conta-corrente entre o Estado e as empresas.</p>
<p><i>Linhas de seguro de crédito à exportação</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 105/2013. D.R. n.º 137, Série I de 2013-07-18</p>	<p>Recomenda ao Governo que contrate linhas de seguro de crédito adequadas às necessidades do sector exportador português.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Reembolso de IVA</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 106/2013. D.R. n.º 137, Série I de 2013-07-18</p>	<p>Recomenda ao Governo a ampliação do tipo de garantias aceites pela Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito do pedido de reembolso de IVA e atualização da taxa de juros indemnizatórios a pagar pelo Estado.</p>
<p><i>Dívidas do Estado às PME</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 107/2013. D.R. n.º 137, Série I de 2013-07-18</p>	<p>Recomenda ao Governo o pagamento das dívidas do Estado às PME através da criação de um sistema de <i>confirming</i>.</p>
<p><i>Portagens para motociclos</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 108/2013. D.R. n.º 137, Série I de 2013-07-18</p>	<p>Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de alargamento da «classe 5» de portagens em todas as vias portajadas, destinada a motociclos.</p>
<p><i>Regime de renda apoiada</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 109/2013. D.R. n.º 137, Série I de 2013-07-18</p>	<p>Revisão, urgente, do regime de renda apoiada, introduzindo critérios de maior justiça social na determinação do valor da renda apoiada.</p>
<p><i>Cria a Plataforma de Cooperação Cultural-Turismo</i></p> <p>Despacho n.º 9393/2013. D.R. n.º 137 SÉRIE II de 2013-07-18</p>	<p>Cria, na dependência membros do Governo responsáveis pelas áreas da Cultura e do Turismo, a Plataforma de Cooperação Cultural-Turismo.</p>
<p><i>Atividades turísticas</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 95/2013. D.R. n.º 138, Série I de 2013-07-19</p>	<p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos, conformando este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.</p>
<p><i>Contadores inteligentes - eletricidade</i></p> <p>Portaria n.º 231/2013. D.R. n.º 139, Série I de 2013-07-22</p>	<p>Aprova os requisitos técnicos e funcionais dos contadores inteligentes.</p>
<p><i>Contratos de investimento</i></p> <p>Despacho n.º 9544/2013. D.R. n.º 139, Série II de 2013-07-22</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a BIAL S.G.P.S., S.A., e a BIAL - Portela & Ca., S.A.</p>
<p>Despacho n.º 9545/2013. D.R. n.º 139, Série II de 2013-07-22</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., e a BIAL - PORTELA & Ca., S.A.</p>
<p>Despacho n.º 9546/2013. D.R. n.º 139, Série II de 2013-07-22</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a BIAL S.G.P.S., S.A., e a BIAL - PORTELA & Ca., S.A.</p>
<p>Despacho n.º 9547/2013. D.R. n.º 139, Série II de 2013-07-22</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., e a BDP - Biodinâmica Dental Products, Lda.</p>
<p><i>Comércio Investe</i></p> <p>Portaria n.º 236/2013. D.R. n.º 141, Série I de 2013-07-24</p>	<p>Aprova o Regulamento da medida "Comércio Investe".</p> <p>São abrangidos pela presente Medida os projetos de investimento destinados à promoção da inovação de processo, organizacional e de marketing nas empresas do setor do comércio.</p>
<p><i>Produção de eletricidade em regime especial</i></p> <p>Portaria n.º 237/2013. D.R. n.º 141, Série I de 2013-07-24</p>	<p>Estabelece o regime jurídico do procedimento de comunicação prévia relativo à atividade de produção de eletricidade em regime especial, bem como as regras aplicáveis à emissão, alteração, transmissão e extinção do ato de admissão da comunicação prévia.</p>
<p><i>Orçamento de Estado</i></p> <p>Lei n.º 51/2013. D.R. n.º 141, Série I de 2013-07-24</p>	<p>Procede à primeira alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, do Código dos Impostos Especiais de Consumo, do Estatuto dos Benefícios</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	Fiscais, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 172/94, de 25 de junho, e à Lei n.º 28/2012, de 31 de julho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro.
<i>Estatuto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários</i> Decreto-Lei n.º 97/2013. D.R. n.º 141 SÉRIE I de 2013-07-24	Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 473/99, de 8 de novembro, que aprova o Estatuto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, na parte respeitante ao Conselho Nacional do Mercado dos Valores Mobiliários.
<i>Cobrança de receita pela Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares</i> Despacho n.º 9690/2013. D.R. n.º 141 SÉRIE II de 2013-07-24	Cobrança de receita, pela prática de atos de reconhecimento de assinatura e legalização de documentos, por parte da Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares.
<i>Oficiais de ligação das Forças Armadas no Estrangeiro</i> Portaria n.º 496/2013. D.R. n.º 141 SÉRIE II de 2013-07-24	Oficiais de ligação das Forças Armadas no Estrangeiro.
<i>Inspeções técnicas de veículos a motor e seus reboques</i> Decreto-Lei n.º 100/2013. D.R. n.º 142, Série I de 2013-07-25	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, que aprova o regime de inspeções técnicas de veículos a motor e seus reboques, e transpõe a Diretiva n.º 2010/48/UE, da Comissão, de 5 de julho, que adapta ao progresso técnico a Diretiva n.º 2009/40/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho.
<i>Altera o Código do IRS clarificando o enquadramento fiscal das compensações e subsídios aos bombeiros, bem como das bolsas atribuídas aos praticantes de alto rendimento desportivo</i> Lei n.º 53/2013. D.R. n.º 143 SÉRIE I de 2013-07-26	Altera o Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando o enquadramento fiscal das compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e pagos pelas respetivas entidades detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios, bem como das bolsas atribuídas aos praticantes de alto rendimento desportivo, pelo Comité Paralímpico de Portugal, no âmbito do contrato-programa de preparação para os Jogos Surdolímpicos, e dos respetivos prémios atribuídos por classificações relevantes obtidas em provas desportivas de elevado prestígio e nível competitivo.
<i>1.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2013</i> Resolução da Assembleia da República n.º 112/2013. D.R. n.º 143 SÉRIE I de 2013-07-26	1.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2013

Abreviaturas Utilizadas

